

**ONG E GOVERNANÇA AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA: ESTRATÉGIAS DE
TERRITORIALIZAÇÃO DO POVO DA
FLORESTA**

Antônio de Pádua Brasil

Autor

1ª Edição

**GAPTA/UFPA
Belém – 2015**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GRUPO ACADÊMICO PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E MEIO
AMBIENTE NA AMAZÔNIA

Reitor: Prof. Carlos Edilson de Almeida Maneschky
Vice-Reitor: Prof. Horácio Schneider
Coordenador do GAPTA: João Marcio Palheta da Silva
Editor de Publicações do GAPTA: Christian Nunes da Silva
Gerência e preparação da revisão: Antônio Brasil
Gerência de produção gráfica: Joyce Caetano
Capa: Christian Nunes da Silva

Comissão Editorial GAPTA

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva
Prof. Dr. Clay Anderson Chagas Nunes

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. João dos Santos Carvalho
Prof. Dr. Carlos Alexandre Bordalo
Prof. Dr. João Santos Nahum

Conselho Consultivo GAPTA

Prof. Dr. Gilberto Rocha – UFPA
Prof. Dr. Eduardo Shiovone Cardoso – UFSM
Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa – USP
Prof. Dr. Rui Moreira – UFF
Prof. Dr. David Gibbs McGrath – UFOPA
Prof. Dra. Lisandra Pereira Lamoso – UFGD
Prof. Dr. Eliseu Saverio Sposito – UNESP
Prof. Dra. Maria Célia Nunes Coelho – UFRJ
Prof. Dra. Oriana Trindade de Almeida – UFPA
Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima – UNIFAP
Prof. Dr. Otavio José Lemos Costa – UECE
Prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio – UFU
Prof. Dr. Raúl Vincéns – UFF
Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Simmons - University of Florida
Prof^ª. Dr^ª. Judite Nascimento – Univ. Cabo Verde/UniCV

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Brasil, Antônio de Pádua.

ONG e governança ambiental na Amazônia: estratégias de territorialização do povo da floresta. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2015.

136 p. : il.

ISBN 978-85-63117-22-9

1. Geografia. 2. Amazônia. 3. Geografia - Pará. 4. Organizações Sociais. I. Brasil, Antônio de Pádua.

CDD - 22. ed. 526

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998

Todos os direitos reservados

ED. GAPTA/UFPA

Vendas e atendimento: cnsgeo@yahoo.com.br

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Capítulo	Página
APRESENTAÇÃO	07
INTRODUÇÃO	09
2. SOCIEDADE CIVIL E SEUS MOVIMENTOS	22
2.1. A evolução do conceito de Sociedade Civil	22
2.2. A sociedade civil na visão de Gramsci	26
2.3. A sociedade civil brasileira	28
2.4. Singularidade do ambientalismo no Brasil	34
3. ANTECEDENTES E DEFINIÇÕES DO FENÔMENO ONG	45
3.1. Aspecto sócio-político das ONGs	48
3.2. Aspecto jurídico	50
3.3. Protagonismo e especialização das ONGs no Brasil	52
3.4. ONGs ambientalistas	57
4. GOVERNANÇA E GOVERNANÇA AMBIENTAL	59
4.1. Etimologia e conceitos	59
4.2. O processo histórico de desenvolvimento da Amazônia	65
4.3. Formação territorial da Amazônia	66
5. PERCURSO HISTÓRICO DA ONG FASE	85
5.1. O Município de Gurupá	89
5.2. Instalação da FASE em Gurupá	96

5.3. O que dizem os atores locais	104
5.4. As ações da FASE em questão	123
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

APRESENTAÇÃO

O estudo aqui exposto em formato de livro, deriva dos resultados de uma dissertação de mestrado apresentada à Universidade Católica de Brasília – UCB, no ano de 2007. A inspiração inicial para a elaboração do tema emergiu de uma manchete que falava da primeira Reserva Federal de Desenvolvimento Sustentável (RDS) criada no Brasil, mais precisamente em Gurupá, município do Estado do Pará, com apoio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (ONG FASE). Da versão original, o texto sofreu algumas alterações, tais como: de título, reposicionamento de capítulo e subitens. A parte que trata do ambientalismo brasileiro foi a que recebeu reformulação mais ampla, com a introdução de análises de autores como José Augusto Pádua, José Augusto Drumond e Eduardo Viola. De outro lado, a fundamentação teórica, objetivos e conclusão permanecem com os mesmos teores.

Em termos de agradecimentos, inicialmente vão para os cidadãos que pagaram seus impostos ao Estado, vitais à manutenção da Universidade Pública, e imprescindíveis ao meu deslocamento à Brasília – DF, fixação de residência, e idas à área de estudo. Consequentemente, sou grato à Universidade do Estado do Pará – Uepa, na qual sou professor, pela bolsa de estudo pleiteada e legalmente liberada. Também agradeço o meu orientador Prof. Dr. Luiz Fernando Bessa, pelas significativas orientações, e aos professores que

participaram da banca examinadora: Prof. Dr. Ricardo Seixas Brites e a Profa. Dra. Helena Tonet. Finalmente, em toda as instituições que fiz contato para proceder às entrevista, as portas se abriram como um nítido sinal de democratização do espaço público, em vista disso, agradeço à Fase, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá, à Igreja Católica do município, e à Prefeitura local.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do debate sobre a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável, a Amazônia brasileira tem se apresentado como um importante foco de interesse. A exuberância do seu cenário de riqueza não só em biodiversidade, mas, também, em sociodiversidade, tem despertado interesses internacionais conflitantes. De um lado, os movimentos ambientalistas que contam com a participação de redes transnacionais, representados por Organizações Não Governamentais, que organizam suas demandas em diferentes projetos de desenvolvimento alternativos, conservacionistas e elaborados com base na participação comunitária. De outro, a valorização da biodiversidade como fonte da ciência, tecnologia e poder, além das pressões de empreendedores agroindustriais, madeireiras e mineradoras (nacionais e internacionais) que estão sendo atraídos para a Amazônia, em função do baixo preço da terra e baixo custo de mão de obra.

O processo de ocupação da Amazônia foi baseado em um modelo de desenvolvimento que se instalou no país desde a chegada dos europeus e assumiu caráter de políticas regionais mais sistemáticas a partir da modernização fundada na administração centralizadora presente no “Estado Novo”. Porém, foi com o golpe militar de 1964 que a relação crescimento econômico e meio ambiente passou cada vez mais a divergir. A geopolítica proposta pelo General Golbery do Couto e Silva, inspirada na ideologia da segurança nacional,

justificou a integração da região ao resto do país. Sob o slogan “integrar para não entregar” a região era vista como um “vazio” ameaçado por países fronteiriços.

A ocupação militar promovida na Amazônia pelo governo através da criação de redes de transportes, telecomunicações, urbanas e de energia elétrica – para estruturar o programa de colonização, e, principalmente, a implantação dos grandes projetos econômicos – gerou conflitos ambientais com grande perda de biodiversidade, assim como obrigou a população autóctone da região a fugir dos lugares de origem, ou, a lutar para permanecer na terra pressionada por desmatamentos para o comércio e criação de fazendas; além da formação de lagos; exploração mineral; ou mesmo criação de cidades.

Tanto a ideologia do progresso como da segurança nacional serviram de pretexto para que a participação e a sabedoria do povo amazônico fossem preteridas. É contra esse desprezo e a ameaça real, de perder o direito natural de sobreviver no lugar onde nasceu e construiu sua convivência com a floresta, que o amazônida vai aprender a se organizar politicamente, a ter autonomia e voz como forma de resistência em defesa da preservação do ambiente amazônico. Essa caminhada, todavia, não irá avante sem grandes perdas; essencialmente, quando o que está em jogo é a disputa pela terra. A canção “Saga da Amazônia”, do compositor e cantor nordestino Vital Farias, retrata os conflitos advindos dessa luta.

Fizeram logo o projeto sem ninguém testemunhar
Pra o DRAGÃO cortar madeira e toda mata derrubar:
Se a floresta meu amigo tivesse pé pra andar

Eu garanto meu amigo, com o perigo não tinha ficado lá.

(...)

Mas o DRAGÃO continua a floresta devorar

E quem habita essa mata pra onde vai se mudar???

Corre ÍNDIO, SERINGUEIRO, PREGUIÇA,
TAMANDUÁ

TARTARUGA, pé ligeiro, corre-corre TRIBO DOS
KAMAIURÁ

No lugar que havia mata, hoje há perseguição

Grileiro mata posseiro só pra lhe roubar seu chão

Castanheiro, seringueiro já viraram até peão

Afora os que já morreram como ave-de-arribação

Zé de Nana tá de prova, naquele lugar tem cova

Gente enterrada no chão:

Pois mataram ÍNDIO que matou grileiro que matou
posseiro

Disse um castanheiro para um seringueiro que um
estrangeiro

ROUBOU SEU LUGAR

Dois anos antes de o golpe militar ser desferido, e as políticas territoriais para a Amazônia começarem a se tornar mais agressivas, a jornalista americana Rachel Carson reage contra os danos ambientais causados pela produção dos países industrializados publicando o seu famoso livro “Primavera Silenciosa”. Por outro lado, em fins da mesma década, quando a União procura intensificar sua estratégia de ocupação do espaço amazônico, tem início a discussão internacional sobre a relação crescimento econômico e meio ambiente.

No final da década de sessenta iniciou-se a reflexão e debate sobre a relação entre o meio ambiente e o crescimento. Prevalciam, nesse momento, duas posições: a daqueles que apontavam os “Limites do Crescimento”, isto é que o crescimento exponencial ilimitado era incompatível com a disponibilidade limitada dos recursos naturais. A única saída para

salvar o mundo da catástrofe resumia-se em parar o crescimento imediatamente – eram os catastrofistas do crescimento zero, inspirados no Relatório do Clube de Roma (Meadows, 1968); e, de outro lado, aqueles que afirmavam que a problemática ambiental foi inventada pelos países desenvolvidos para frear a ascensão do Terceiro Mundo e que, quando a renda *per capita* aumentasse, retomar-se-ia a discussão sobre a deterioração ambiental. (MAIMON, 1993, p. 33)

Ao alinharem-se nessa última corrente, as políticas territoriais do governo brasileiro para Amazônia seguia na contramão da preservação dos recursos naturais e do conhecimento acumulado pelo povo da floresta. Enquanto acontecia a Conferência de Estocolmo sobre “Desenvolvimento Humano” (1972), por exemplo, era apresentado no Brasil o I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1974), sendo sua meta a expansão das fronteiras econômicas regionais. E, para o período 1975-1979 foi editado o II PND. Aqui, visava-se o crescimento econômico com a implantação de grandes projetos.

Nos anos que se seguiram, pós Estocolmo, até à década de oitenta do século passado, a noção de “proteção ambiental” complementou o paradigma de crescimento econômico adotado pelo Brasil. Assim, com o poder centralizado, o governo buscava atacar os agudos problemas de degradação de recursos naturais preservando áreas protegidas, a exemplo de Parques Nacionais, ou mesmo criando regulamentações e controle que permitisse processar e punir infratores. Tanto a Operação Amazônia, como a política florestal e de parques nacionais do IBAMA, são exemplos da estratégia ambiental do governo.

Isso, contudo, indica a ambiguidade do poder autoritário. Ou seja: o mesmo poder que superpõe o território da União sobre o dos Estados para estimular com incentivos, créditos, terras e infraestrutura a exploração da Amazônia (sem discutir com a população os possíveis impactos negativos, até porque a pressa em executar os PNDs inviabilizava qualquer atitude nessa direção) é o mesmo que cria regulamentos para punir a óbvia consequência – a degradação ambiental.

Por outro lado, ainda que o governo brasileiro e as empresas nacionais e transnacionais, com investimentos na Amazônia, defendessem que o crescimento econômico poderia financiar uma política ambiental voltada para a difusão rápida de tecnologias, possibilitando reciclar e restaurar o meio ambiente impactado, essa política parece não ter auferido bons resultados, se considerar que na prática o crescimento da degradação ambiental não foi contido.

É nesse contexto que ONGs internacionais passaram a cobrar das organizações internacionais critérios de empréstimos e doações que incluíssem a sociedade civil como atuante na execução e monitoramento de projetos de infraestrutura.

A origem da ênfase sobre a sociedade civil nos programas do Banco Mundial e outras organizações internacionais situa-se no fracasso de muitos projetos ambiciosos de infraestrutura. Estes malogros manifestaram-se em formas diferentes, primeiro, muitos projetos de infraestrutura nunca foram concluídos em consequência de administração ineficaz e corrupção no país receptor de recursos. Similarmente, vários grandes projetos criaram para o

meio ambiente e a sociedade problemas, devastando as condições de vida em locais inabitados. Alguns projetos nos quais o Banco Mundial apoiava foram amplamente nocivos, até para as condições globais do meio ambiente a exemplo de desflorestamento. Em resumo, estes projetos refletiram ambientalmente práticas insustentáveis. As organizações ambientais e outras ONGs particularmente lobistas nas capitais do ocidente convocaram o Banco Mundial para reconsiderar seu ajustamento estrutural de empréstimo e particularmente sua implementação prática. Como resultado, o Banco Mundial começou a reformular seus principais fundos. O ponto de partida foi o real benefício do tomador de empréstimo, incluindo, primeiro de tudo, as populações locais. (PALMUJOKI, 2004, p. 5)

Em nível nacional, com a desaceleração do crescimento econômico na década de 1980 (chegando praticamente à estagnação) houve, segundo comentários feitos por Furriela (1999, p. 153) da obra de Viola, 1997, um aumento da consciência ambiental no Brasil:

O ambientalismo deixou de ser confinado, passando a penetrar em outros movimentos sociais, ONGs, universidades, mídia, empresas e agências estatais de outros setores, deixando a estrita esfera das agências ambientais estatais e dos movimentos ambientalistas.

Ainda assim, não se deve esquecer que esse mesmo movimento sensibilizou a grande maioria dos políticos que compunham a assembleia nacional constituinte (pós ditadura) a aprovarem em 1988, uma constituição que contempla um capítulo sobre a questão ambiental. No seu Capítulo VI, Art. 225, lê-se:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à

sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Na verdade, esse artigo inspira-se no conceito de desenvolvimento sustentável, que consta no relatório encomendado em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela Sra. Brundtland, Ministra da Noruega. Em sua publicação (1987) o relatório traz a seguinte definição: “*o desenvolvimento sustentável é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades*”.

Com o acontecimento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecido por Rio 92, é reconhecida a situação de agravamento da desigualdade, pobreza, fome, analfabetismo, degradação ambiental, dentre outros, no planeta; porém, como resposta, se propõe ações através da Agenda 21 para que esse quadro se modifique, e, assim, ocorra na prática a realização do conceito de desenvolvimento sustentado. No capítulo 1, preâmbulo da Agenda 21 Global pondera-se que:

O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. Outras organizações internacionais, regionais e subregionais também são convidadas a contribuir para tal esforço. A mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das

organizações não-governamentais e de outros grupos também devem ser estimulados. (RIO DE JANEIRO, 1996, p. 9-10)

Dentro da iniciativa voltada para a cooperação multilateral, o lançamento, na Rio 92, do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, abre um horizonte concreto para que a sociedade política e a sociedade civil – tanto nacional como internacional – interajam e caminhem juntas na promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia e da Mata Atlântica brasileiras.

Por essa perspectiva, o PPG7 constitui-se como uma iniciativa do governo e da sociedade brasileira, em parceria com a comunidade internacional, que tem como finalidade o desenvolvimento de estratégias inovadoras para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associadas a melhorias na qualidade de vida das populações locais. O Programa Piloto constitui o maior programa de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global (BRASIL, 2007).

Nota-se que tanto a Agenda 21 como o Programa Piloto mencionam a parceria entre governo-sociedade nacionais e internacionais, como forma de promoção do desenvolvimento sustentável. Assim, também, percebe-se que o governo brasileiro passa a assumir postura muito diferente do que tomara para a Amazônia até à década de 1980. Nesse contexto, a administração centralizadora que permeou os governos que optaram por um modelo de desenvolvimento, com base no crescimento ilimitado, tiveram que começar a participar da

operacionalização de um outro conceito: *governança ambiental*.

Segundo a Comissão das Nações Unidas sobre Governança Global (CNUGG) “hoje, o poder coletivo das pessoas para manejar o futuro é maior do que nunca, e a necessidade de exercê-lo é mais imperiosa. O principal desafio desta geração é mobilizar tal poder para tornar a vida mais democrática, mais segura e mais sustentável no século XXI” (CNUGG, 1996). Agora, é a vez do conceito “governança” ser introduzido no debate ambiental. Entende-se por governança o “processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas” (ibidem, idem). Em outras palavras, governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns através de um amplo, dinâmico e complexo processo interativo de tomada de decisões. É obvio que não há uma única fórmula pré-estabelecida para exercer a governança – nem local, nem global – uma vez que a tomada participativa de decisões é um assunto tão novo quanto complexo (SCHUTZ; FREITAS; HACON, 2006, p. 3).

No processo de transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas nas últimas décadas, esse tema tem estado nas agendas governamentais e nos debates político e acadêmico como um tema de relevante importância. O envolvimento dos diversos atores sociais tem se mostrado como uma tendência e um pré-requisito para a sustentabilidade das políticas públicas, e tem desafiado alguns acadêmicos a desenvolver um novo arcabouço teórico para pensar a gestão do desenvolvimento. Isto tem levado muitos analistas a propor o estudo de “governança” ao invés de “governo” (BESSA & FARIA, 2006).

Enquanto o termo "governo" sugere uma autoridade formal, que garante a implementação de políticas instituídas, "governança" refere-se a "atividades apoiadas em objetivos comuns e partilhados, que abrangem tanto as instituições governamentais quanto mecanismos informais, de caráter não governamental, mas que só funcionam se forem aceitos pela maioria ou, mais precisamente pelos principais atores de um determinado processo" (CAMARGO, 2003, p. 307). Em outras palavras, "governança" pode ser conduzida por atores públicos, público-privados ou privados e pode ser encontrado em todos os níveis: local, nacional e global.

Pesquisadores e acadêmicos tem focado o tema governança e governança ambiental (ALONSO & COSTA 2002; SANTOS JUNIOR, RIBEIRO, AZEVEDO, 2004; GOHN, 2004; ESTY e IVANOVA, 2005) como uma maneira pela qual cidadãos e organizações da sociedade civil possam exercer, o controle público e democrático do estado e do mercado, de forma a garantir as condições sociais e ambientais adequadas e justas (sustentabilidade) do desenvolvimento humano.

A Agenda 21 estabelece as bases da governança ambiental como uma recomendação e um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável, no contexto das questões globais e em nível local. Em nível local, o fortalecimento das comunidades se fundamenta na habilidade de construir fortes parcerias entre os principais atores públicos e privados, no claro compromisso de contribuir para a solução dos problemas ambientais.

Quando essa noção de governança, enquanto cooperação passa a ser interpretada no nível local, os principais pontos que aparecem são: o empoderamento das comunidades locais e a habilidade de construir fortes parcerias, a grande participação de ONGs, e a cooperação entre o setor público e privado.

As propostas construídas sob a lógica da sustentabilidade partem das premissas de que cada setor da sociedade deverá ter a sua responsabilidade, e de que as particularidades de cada local são fundamentais.

O Estado, como um dos principais atores sociais, faz esforços para resolver os problemas ambientais por meio da melhoria da qualidade de vida da população, tendo por base as perspectivas dessa população.

A ideia de que governos devam formar parcerias com a sociedade civil organizada tem ganhado crescente aceitação. Muitos autores sugerem que o trabalho local de associações cívicas é crucial para contrabalançar os efeitos perversos de políticas de desenvolvimento econômico que excluem a maioria da população.

Aqueles que não têm acesso às associações, ou que não foram capazes de formá-las, são frequentemente os que vivem em pobreza extrema, nas regiões mais carentes de serviços básicos. Assim, políticas governamentais que favoreçam as associações civis irão provavelmente atenuar a exclusão daqueles que sempre foram os mais excluídos e, se visa dar poder às associações existentes, procura também ajudar os grupos menos organizados a construí-las.

Nos últimos anos, muitas instituições que representam a sociedade civil têm se organizado e conquistado participação, junto às várias esferas de governo, no sentido de contribuírem para a promoção de um desenvolvimento que concilie crescimento econômico com conservação do meio ambiente.

Exemplo dessa conduta é o trabalho desenvolvido pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, uma organização não-governamental (ONG), que embora não seja uma entidade estritamente ambientalista, tem procurado estimular iniciativas neste âmbito.

Ao acumular capacidade nas áreas educacional, jurídica, política, técnicas de mapeamentos, e outras, voltadas ao apoio a movimentos sociais, sindicatos e comunidades, a FASE, através desses seus serviços, tem sido bastante útil para ajudar muitas localidades de vários estados brasileiros. É dentro dessa perspectiva, que a FASE figura como apoiadora e assessora dos pleitos da população de Gurupá, pela história de organização e luta dos trabalhadores deste município para terem o direito de utilizar e preservar o ambiente onde vivem de forma sustentável.

Desta forma, estudar a maneira como as ONGs atuam no processo de governança ambiental da Amazônia – mais especificamente no caso da FASE em Gurupá – é relevante pelo fato de ser ainda pequena a produção de literatura que trata sobre o tema governança ambiental a partir da atuação de ONGs em escala municipal, além do fato de se poder aferir a qualidade dos resultados alcançados por meio de assessorias da

entidade. Esses resultados podem revelar-se tanto no que concerne à participação da população nas decisões que dizem respeito às questões ambientais do município, quanto pela melhoria das condições sociais e econômicas das comunidades beneficiadas por projetos executados pela ONG.

É importante salientar, que, além do poder coletivo que os cidadãos hoje possuem para participarem da construção de um futuro socioambiental sustentável, faz-se necessário que esse potencial seja averiguado na prática. Só assim, é possível reavaliar a participação de entidades representantes da sociedade civil, a exemplo de ONGs, na governança ambiental local. É, então, dentro desta perspectiva, que este estudo analisa um dos aspectos da governança ambiental na Amazônia, ao focar a atuação da ONG FASE no âmbito dos movimentos sociais, com destaque para o ambientalista, ao mesmo tempo que examina a participação de outros atores da sociedade civil e política – em acordos ou divergências com a conduta da ONG em sua missão. Disso então decorre que a questão básica que o trabalho procura responder é se as comunidades ribeirinhas de Gurupá encontram-se, a partir da atuação da FASE, mais fortalecidas para o processo de governança ambiental, a ponto de possuírem mais autonomia em relação à atuação e assessoria da ONG.

2. SOCIEDADE CIVIL E SEUS MOVIMENTOS

Com o objetivo de melhor compreender a relação entre sociedade civil e sociedade política, assim como o papel de entidades não-governamentais abordaremos primeiramente, neste capítulo, a evolução do conceito de sociedade civil, com destaque para a atuação da sociedade civil brasileira, para depois analisarmos os antecedentes e as definições do fenômeno “organizações não governamentais”. Além disso, para melhor situar a área de estudo e entender o contexto em que esta está inserida, apresenta uma análise a respeito do processo de desenvolvimento da Amazônia.

2.1. A evolução do conceito de Sociedade Civil

Não são poucas as interpretações sobre o significado do termo sociedade civil. Historicamente, as ideias formuladas sobre esse tema não seguem uma evolução linear; em muitos casos, o que se produziu no passado pode servir de inspiração para concepções e explicações de fatos no presente.

No debate contemporâneo, o conceito de sociedade civil vem ganhando espaço entre outros conceitos que se firmaram anteriormente: classe social, status, raça, partido, religião, seitas, e, de algumas décadas para cá, os conceitos de gênero, sexualidade e identidade. Segundo Gohn (2005), um dos autores que dá importante contribuição para que o conceito de sociedade civil se imponha nos últimos anos, é Jeffrey C.

Alexander (1998). Este estudioso tem como sugestão para o entendimento de sociedade civil, três formas típicas e ideais, sendo que uma após a outra tem se sucedido na História moderna. A primeira forma é a pós-medieval, também indicada como pós-hobesiana. Nela, os pensadores que a representam são, por exemplo: Locke e Harrington; os moralistas escoceses, principalmente Ferguson e Smith; em seguida Rousseau e Hegel; e encerrando esta etapa Tocqueville.

A ideia que norteou a identidade entre esses pensadores foi de conceberem as entidades da sociedade civil, tais como: mercado capitalista e suas instituições; além daquilo que Tocqueville chamava de religião voluntária: associações e organizações públicas e privadas, partidos políticos, grupos protestantes, e outros, como uma espécie de guarda-chuva face ao Estado. Nessa primeira etapa,

(...) o processo e as instituições do mercado capitalista eram concebidos como algo que agregava boas qualidades para o cenário de paz internacional, tranquilidade doméstica, e aumento da participação democrática. O capitalismo era entendido, em si próprio, como produtor de disciplina e responsabilidade individual. (HIRSCHMAN *apud* GOHN, 2005, p. 67)

Nó século XIX, a imagem do mercado capitalista foi profundamente alterada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial; com isso, o mercado passou a ser visto como egoísta e antissocial, indo de encontro ao interesse coletivo, portanto, representando dano às ações de grupos sociais. Para Alexander, essa transformação teria dado origem à segunda

forma do conceito de sociedade civil. Esta passou a ser compreendida, principalmente na abordagem marxista, como uma área puramente de interesses privados. As pesquisas e as concepções teórico-metodológicas se voltam para questões de mobilidade e conflitos de classe. O foco de estudo concentra-se no Estado.

Nesse sentido, uma teoria social sobre sociedade civil praticamente desaparece. A terceira forma do conceito de sociedade civil teria aflorado, com os acontecimentos históricos produzidos nas últimas décadas do século XX. As teorias que procuravam enfatizar a ação do Estado declinaram. Com isso houve um retorno tanto à teoria democrática, como a Hegel e ao pragmatismo.

As ciências sociais passam a ter interesse nos laços e relações informais, nos relacionamentos íntimos, na subjetividade das pessoas, nos processos de solidariedade e confiança, nas instituições da vida pública, em suma, nos processos culturais e simbólicos. Isso tudo leva a conceber a sociedade civil como algo maior que um simples guarda-chuva que abriga o que não está no âmbito estatal. A sociedade civil passa a ter, em algumas abordagens, até certa independência. Cria-se um senso comum de que a sociedade civil não é apenas espaço para ações individuais, mas ela deve construir um senso coletivo de obrigações sociais, de responsabilidade social, que declinaram na segunda etapa. Disso tudo, Alexander conclui nesse cenário que “a sociedade civil pode ser concebida como um tipo de ‘comunidade civil’, uma esfera solidária na qual um certo tipo de comunidade universal cresce gradualmente, expressa pela opinião pública; ela possui códigos e narrativas próprios expressos em idiomas democráticos, é modelada por um conjunto de instituições particulares, a maioria de notabilidade legal e algumas jornalísticas, e um

conjunto de práticas interativas de civilidade, igualdade, criticismo e respeito”. (ALEXANDER *apud* GOHN, 2005, p. 68-69)

Nos últimos anos estão sendo recuperadas as ideias do francês Aléxis de Tocqueville. No período em que viveu nos Estados Unidos, esse autor deslumbrou-se com as redes cívicas americanas. Nascidas de forma espontânea, para ele eram verdadeiras aspirações e desejo de pessoas livres. Tocqueville fala da sociedade civil como uma associação cívica, consistindo uma legião de entidades voltadas para a assistência, caridade, fraternidade, associações religiosas e outras. Segundo Daniel Bell uma das características centrais do sistema sociopolítico americano é a sociedade civil. “Para ele, a sociedade civil denota um setor no qual instituições não políticas operam, a saber: a família, templos religiosos, grupos de vizinhança, grupos cívicos, e inúmeras associações voluntárias.” (BELL *apud* GOHN, 1995, p. 66).

(...) também assinalaram a importância da sociedade civil, visando encorajar a coesão social no local, na comunidade geográfica, pois essa coesão é vista como fator de mudança social, identidade e pertencimento foram também conceitos defendidos pelos comunitaristas como importantes para a mudança social, em comunidades que olham para a frente, buscam laços que lhes dêem coesão para alavancarem para a frente, e não apenas a volta à situações idílicas passadas. (ETZIONE; BELLAH *apud* GOHN, 2005, p. 66)

O debate sobre a sociedade civil que tem como matriz as ideias formuladas por Tocqueville concentram suas análises na

escala local – o lugar onde os indivíduos das comunidades estabelecem suas relações, como são formados os grupos, quais são as condutas das lideranças. Nessas análises não são priorizadas as estruturas macrossociais.

2.2. A sociedade civil na visão de Gramsci

Em sua análise sobre a interpretação de sociedade civil em Gramsci, Bobbio (1999) afirma que ela pertence ao momento da superestrutura e não da estrutura. E para respaldar sua leitura cita uma importante passagem dos *Cadernos*:

Podem ser fixados, por enquanto, dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’, ou seja, o conjunto de organismos habitualmente ditos privados, e o da sociedade política ou Estado. E eles correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e à do domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico (BOBBIO, 1999, p. 55).

Gramsci é considerado o primeiro autor da história das ideias políticas, a defender que a sociedade civil contém em si a cultura como espaço de organização. Para ele, a superestrutura é o lugar da sociedade civil. Por outro lado, em contraste ao pensamento de Hegel, o autor não “reduz a sociedade civil ao nível da esfera dominada pelo direito de propriedade”. Gramsci considera que a relação de domínio entre uma classe social e outra não ocorre apenas na esfera econômica, mas em diversas instâncias.

A hegemonia não é um mero produto do domínio do econômico e, conseqüentemente, do Estado, que estaria sob o controle da classe dominante. Ela ocorre também, e principalmente, no plano cultural, e expressa o poder de uma determinada classe de dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade. O espaço principal para disputa pela hegemonia é a sociedade civil, e se completa no plano da sociedade política – o Estado. (COSTA, 1997, p. 05)

Aos olhos de Gramsci, os perigos do “economicismo” e da “estatolatria” deveriam ser evitados com a defesa de

uma relação dialética de ‘identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política’, duas esferas da ‘superestrutura’, distintas e relativamente autônomas, mas inseparáveis na prática. Pois, enquanto a primeira – compreendendo organismos ‘privados’ e voluntários, como os partidos, as diversas organizações sociais, os meios de comunicação, as escolas, as igrejas, as empresas, etc. – se caracteriza pela elaboração e a difusão das ideologias e dos valores simbólicos que visam a ‘direção’, a segunda esfera – compreendendo instituições mais públicas, como o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, o tesouro público, etc. – se caracteriza pelo conjunto dos aparelhos que concentram o monopólio legal da violência e visa a ‘dominação’ (SEMERARO, 1999, p. 74-75).

A concepção de Estado moderno unicamente como aparelho burocrático-coercitivo, aliás, como vulgarmente a maioria da população percebe, deve ser contestada. As suas dimensões compreendem, também, a multiplicidade dos ‘organismos’ da sociedade civil, onde os cidadãos são livres para manifestar suas iniciativas, “seus interesses, suas

organizações, sua cultura e valores, e onde praticamente se enraízam as bases da hegemonia”.

O novo conceito de Estado deve, portanto, resultar da composição de elementos políticos e sociais; da força das instituições e da liberdade dos organismos privados; da inter-relação entre estrutura e superestrutura; da compenetração do aparelho estatal com a sociedade civil organizada. ‘O Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados’. (SEMERARO, 1999, p. 74-75)

A filosofia política de Gramsci considera como importante para a mudança da sociedade política a maneira como a sociedade civil se organiza. Nesse sentido, as táticas e estratégia de organização são denominadas guerra de posição e guerra de movimento. O objetivo da organização da sociedade civil é tornar o Estado democrático, assim como seus aparelhos. Por esse olhar, pode-se dizer que o grande adversário da sociedade civil é o governo autoritário. Ao estado democrático ela não se contrapõe, ao contrário, é uma das partes que o compõe juntamente com a sociedade política.

2.3. A sociedade civil brasileira

No Brasil e na América Latina, o conceito de sociedade civil tem sido utilizado de várias formas. As reformulações do seu significado estão vinculadas, em linhas gerais, às conjunturas políticas nacionais, assim como ao rumo que têm tomado as lutas político-sociais do país. O final dos anos 1970 é

identificado como um momento da trajetória das transições democráticas brasileira, e, período em que o termo foi definitivamente utilizado politicamente, passando também a ser objeto de formulações teóricas.

Na linguagem política corrente ele se tornou sinônimo de participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar. Este fato significou a construção de um outro referencial para o imaginário político nacional, fundado na crença de que a sociedade civil deveria se mobilizar e se organizar para alterar o *status quo* no plano estatal, dominado pelos militares e por um regime não democrático, com políticas públicas que privilegiavam o grande capital, considerado apenas as demandas de parcelas das camadas médias e altas da população que alavancavam o processo de acumulação das emergentes indústrias filiais das empresas multinacionais. Este cenário estimulou o surgimento de inúmeras práticas coletivas no interior da sociedade civil, voltadas para a reivindicação de bens, serviços e direitos sociopolíticos, negados pelo regime político vigente. (GOHN, 2005, p. 70-71)

A noção de autonomia é considerada como um dos principais eixos que naquele momento articulava a sociedade civil. A ideia vigente era promover uma organização independente do Estado, sem a sua participação. O discurso da autonomia, na verdade, não deixa de ser uma estratégia de proteção contra alianças consideradas danosas ao perfil de determinadas entidades da sociedade civil. Esta postura servia para exorcizar as práticas estatais de cunho autoritário; assim também alinhamentos a condutas entendidas como superadas, como é o caso do centralismo democrático defendido pela

esquerda mais radical. Todavia, a autonomia defendida era materializada de forma ambígua, ou seja, diante da sociedade em geral e, mais especificamente do Estado e os movimentos sociais, principalmente os populares, se apresentavam como autônomos; mas “internamente havia diferenças entre as lideranças, suas bases e as assessorias externas que os apoiavam, de forma que a autonomia era relativa e dependente bastante das assessorias...” Gohn (2005). O modelo ideal de construção da contra-hegemonia era visto como o exercício autônomo da democracia direta e participativa no trabalho, nos locais de moradia, estudo, e outros.

Neste período, como bem analisou Sader (1988), novos atores entraram em cena, destacando-se os movimentos sociais populares urbanos reivindicatórios de bens e serviços públicos e por terra e moradia, assim como parcelas dos então chamados novos movimentos sociais, em luta pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos: raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, segurança, direitos humanos etc. O pólo de identificação destes diferentes atores sociais era a reivindicação de mais liberdade e justiça social. O campo dos novos atores ampliou o leque dos sujeitos históricos em luta pois não se tratava mais de lutas concentradas nos sindicatos ou nos partidos políticos. Houve, portanto, uma ampliação e uma pluralização dos grupos organizados, que redundaram na criação de movimentos, associações, instituições e ONGs. (GOHN, 2005, p. 72)

Dentre os referencias teóricos resgatados e aplicados no período destacou-se, de início, a nova teoria marxista formulada por Gramsci.

Em sua obra da maturidade, redigida nos cárceres fascistas, Gramsci elaborou alguns conceitos que renovaram profundamente a teoria marxista, particularmente em sua dimensão filosófico-política. Dois deles, em particular, merecem destaque: os conceitos dialeticamente articulados de “sociedade civil” e de “hegemonia”. Foi sobretudo graças a eles que o marxismo se tornou contemporâneo do século XX e, com toda probabilidade, também do século XXI. Gramsci percebeu que, sobretudo a partir de 1870, havia surgido uma nova esfera do ser social capitalista: o mundo das auto-organizações, do que ele chamou de “aparelhos privados de hegemonia”. São os partidos de massa, os sindicatos, as diferentes associações, os movimentos sociais etc., tudo aquilo que resulta de uma crescente “socialização da política”, ou seja, do ingresso na esfera pública de um número cada vez maior de novos sujeitos políticos individuais e coletivos. (COUTINHO, 2000, p. 170)

Nos anos 1970 e 1980, além do surgimento e expansão dos movimentos populares, que se contrapunham à noção de que o operário era o único sujeito com potencial capaz de realizar as mudanças históricas, também outros movimentos como dos ambientalistas, das mulheres, dos homossexuais, pela paz e outros, já tinham se colocado na trilha de luta por espaços no sentido de firmarem as suas identidades e constituírem-se como poder social organizado.

Esses movimentos ajudaram a construir novos significados para a política, localizando-a no cotidiano, retirando sua exclusividade no campo da representação institucional e do poder, enquanto instância centralizada no Estado. Foucault, Castoriadis, Deleuze, Guatari, e muitos outros, com recortes diferentes, ajudaram a fundamentar teoricamente a novidade daquelas ações, denominadas como “novos movimentos sociais”. O Termo “ator social” entrou

para o vocabulário das ciências sócias, esvanecendo, num primeiro momento, o termo “sujeito social”. Quando muito, falava-se em “novos sujeitos históricos”. (GOHN, 2005, p. 74)

A partir de 1985, quando os militares deixam o poder, o entendimento sobre o conceito de sociedade civil começa a passar por um processo de alteração. A pressão exercida pelos movimentos sociais (destacando-se os populares) teve dois efeitos: serviu para abrir progressivamente canais de participação e representação política, assim como contribuiu para tirar aos poucos dos próprios movimentos a centralidade dos discursos referentes à sociedade civil. Aquilo que se denominou de “sujeito social histórico”, localizado nos setores sociais, a exemplo de alianças entre movimento sindical mais movimentos social de bairro, passou a se fragmentar. Com isso, ocorre o surgimento de uma pluralidade de novos atores sociais.

O discurso em favor da autonomia dos membros da sociedade civil perde a sua condição de eixo fundamental, no que concerne ao desejo de se construir uma sociedade democrática. O objeto de desejo passa a ser agora a sociedade política, o poder estatal, deixado pela saída dos militares e pela legitimação do processo democrático eleitoral. Nos anos 1990, a ampliação do campo da sociedade civil na prática demandou outros discursos que viesse explicar esse seu momento. O afloramento de uma pluralidade de atores motivada pelo descentramento do sujeito histórico, proporcionou ao conceito

de cidadania o mesmo status que possuía o conceito de autonomia nos anos 1980. Tanto no movimento Diretas Já como na Assembleia Constituinte de 1988, a questão da cidadania estava em pauta. As lutas dos movimentos sociais pela qualidade de vida urbana fizeram o direito em se ter direito (cidadania) ganhar um novo contorno expresso nos direitos coletivos.

A cidadania nos anos 90 foi incorporada nos discursos oficiais e ressignificada na direção próxima à ideia de participação civil, de exercício da civilidade, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque ela trata não apenas dos direitos mas também de deveres, ela homogeneiza os atores. Estes deveres envolvem a tentativa de responsabilização dos cidadãos em arenas públicas, via parcerias nas políticas sociais governamentais. Houve um retorno ao atendimento da população a partir dos critérios da idade, gênero e etnia. De um lado, este fato expressa uma conquista dos movimentos organizados, que demandaram atendimento às suas especificidades culturais, o respeito às suas identidades e às suas diferenças, e políticas que considerassem o lado subjetivo das ações humanas – seus desejos, sentimentos, sonhos e emoções, e não apenas suas carências materiais; políticas que resgatassem a auto-estima dos indivíduos e o sentido de pertencimento a uma dada comunidade. Tudo isso pode ser resumido no chamado “empowerment”. (GOHN, 2005, p. 75-76)

Na trajetória da reformulação do significado do termo sociedade civil no Brasil, a relação teoria e prática (práxis) da sociedade brasileira, demandada pelos acontecimentos históricos que até aqui se sucederam, colocaram à prova o real interesse das classes sociais, gênero e etnia pelo tema. Dentre

estes podemos destacar as condições jurídicas iguais para os brasileiros votarem e serem votados. De outro, a conquista da autonomia e da formação educacional qualificada para a participação em programas socioambientais e nas decisões compartilhadas entre o povo e o Estado. Neste processo que podemos chamar de governança, o poder (empowerment) de agentes tais como sindicatos, partidos políticos, e demais entidades da sociedade civil incorporaram este conceito como bandeira de luta em favor da conquista do direito de participação nas decisões que envolvem as escalas locais, regionais, nacionais e até mesmo globais.

2.4. Singularidade do ambientalismo no Brasil

Com base em pesquisas que vêm sendo desenvolvidas em diversos centros de conhecimento internacionais e, em particular, pelo historiador Richard Grose, da Universidade de Cambridge, descobriu-se que o ambientalismo mais consistente e profundo não nasceu originalmente na Europa ou nos EUA, centros do desenvolvimento capitalista mundial. A preocupação ambientalista mais consistente e profunda nasceu originalmente nas periferias, nas áreas tropicais, nas áreas coloniais (PÁDUA, 1997, p. 14)

Pelo estudo acima referido, o ambientalismo tem sua origem nas práticas coloniais predatórias verificadas na Índia, África do Sul, Caribe, Austrália e América Latina. Isto, portanto, contrasta com a ideia comum de que seria o Primeiro Mundo o

lócus de surgimento do ambientalismo e dali a sua transferência para a periferia.

Outro mito também a sucumbir frente a essa descoberta, refere-se à afirmação de que o ambientalismo brasileiro foi importado e nada tem a ver com suas raízes e identidade. Mas a história prova o contrário, com exemplos de que o Brasil foi palco de um dos principais focos de crítica ao modelo de exploração colonial, e busca de alternativas menos dolorosa para o país. Residindo aí sua diferença para o Caribe e a Índia no fato de que nestas últimas,

a preocupação ambiental partia de funcionários das Companhias das Índias, comprometidos com o sistema colonial. Em pleno século 18, eles já percebiam a insustentabilidade das formas produtivas em implantação nas colônias. No Brasil, ao contrário, ela se desenvolveu principalmente entre os críticos do modelo de exploração colonial, entre os que estavam buscando novos rumos para o País. O impacto provocado sobre o meio ambiente pelo estabelecimento de formas econômicas típicas das colônias de exploração, como as grandes monoculturas de cana e de café, por exemplo, e a velocidade com que se deu a mudança ambiental nas áreas coloniais tropicais, fizeram com que alguns intelectuais lúcidos percebessem claramente os efeitos da degradação ambiental. Enquanto que na Europa e nos EUA, o processo de transformação ambiental se deu de maneira mais lenta e menos perceptível de imediato, apesar de que os resultados deste processo acabou sendo muito radical, como no caso da Revolução Industrial (PÁDUA, 1997, p. 15)

Se quisermos ir mais fundo ainda na originalidade do ambientalismo brasileiro, podemos identificá-lo a partir do processo de superposição e desterritorialização imposto pelo Tratado de Tordesilhas à população ameríndia, que aqui já se encontrava territorializada há milhares de anos. A criação das capitanias hereditárias, das sesmarias, enfim, dos latifúndios doados pela Coroa a um pequeno grupo de pessoas para exploração de monoculturas, mineração, criação de vilas e cidades, dentre outros, degradou a natureza em sua totalidade: ou seja, primeiro forçou ameríndios e africanos a mutilarem o seu corpo e sua mente pelo trabalho escravo, e segundo, com a criação das paisagens artificiais, os relevos, as florestas, os rios, os solos também foram sacrificados em função de sua exploração econômica, contribuindo assim para a geração de poluentes, alteração climática, e baixa qualidade de vida.

Mesmo assim, os povos tradicionais não se mantiveram passíveis perante à agressão imposta ao seu corpo e mente como também à degradação da natureza natural. Ao contrário, os genocídios e etnocídios patrocinados pelos colonizadores encontraram forte resistência por parte de ameríndios, negros e caboclos, em defesa do meio ambiente propício à vida sadia.

Até hoje na Amazônia, existe a tradição de tribos indígenas e povos remanescentes de quilombos, bem como de caboclos, em garantir a sua existência pela territorialização e preservação da floresta. Exemplo disso é a iniciativa da comunidade ribeirinha de Gurupá-Pará, neste trabalho analisada, para a proteção da floresta onde habitam. Sendo que esta sabedoria foi

aprendida com seus antepassados, matriz de um ambientalismo verdadeiramente original.

Na sua origem, então, as questões ambientais do Brasil resultam da colonização europeia baseada no latifúndio, no trabalho escravo, na monocultura da cana, na exploração mineral, e todos os impactos negativos daí advindos. Em contraste, as manifestações corretivas destas formas destrutiva da relação sociedade natureza (ambientalismo) pode se apresentar ambíguo pelo fato de que quem destrói pode se dizer ambientalista. É o caso de governos autoritários, empresas poluidoras e de partidos políticos que para angariar votos incluem nos seus programas a defesa ao meio ambiente equilibrado. Em verdade, a centralização das políticas ambientais na esfera de governo, acaba por quase anular a participação da sociedade civil nas decisões que visam a corrigir os danos causados ao meio ambiente, bem como prever futuros cenários de degradação. No jogo do poder pela exploração da natureza, as leis e instituições ambientais criadas podem ser interpretadas, pela maioria da população, como comportamento eficaz de proteção pelo Estado. Não obstante:

Ao antecipar-se à capacidade de reivindicação da sociedade, o Estado tende a desmobilizar os cidadãos – e eu acho que foi o que aconteceu no período de 1920 a 1970: a produção legislativa e a criação de instituições na área ambiental muito contribuíram para desmobilizar os movimentos sociais propriamente dito. (DRUMOND, 1997, p. 19)

Por outro lado, nesse período analisado por Drumond, os cientistas naturais assumiram importante papel como

funcionários do governo ou como atuantes em movimentos sociais. No entanto, com investimentos limitados em recursos tecnológicos e reduzida contratação de profissionais, os diagnósticos sistemáticos dos problemas ambientais e propostas alternativas de frear a degradação se tornavam quase inviáveis.

Só a título de ilustração, em estudo comparativo sobre políticas florestais desenvolvidas em vários lugares do mundo, Warren Pear mostra que, enquanto o governo federal brasileiro empregava 22 engenheiros florestais, em 1955, os Estados Unidos empregavam 21 mil engenheiros agrônomos especializados em flora selvagem para uma área florestal menor, boa parte dela já devastada. (...) Como grande parte das instituições científicas brasileiras são governamentais, o papel que caberia a órgãos da sociedade civil ou a indivíduos interessados em pressionar o Estado a tomar medidas acabou sendo exercido pelo cientista. Seu *hollerith* sendo pago pelo governo, ele acabava se tornando fator de pressão dentro dos órgãos governamentais. (DRUMOND, 1997, p. 20)

Os exemplos citados por Drumond demonstram uma estratégia perversa verificada no poder legislativo e executivo do Estado. Ou seja, criam-se leis e instituições para neutralizarem a mobilização da sociedade civil na fiscalização, proteção e decisões favoráveis às correções dos danos ambientais. E na mesma estratégia, limita-se o importante trabalho dos cientistas, pelo reduzido quadro de profissionais especializados e pelo ínfimo investimento em tecnologia.

Entre 1972 e 1990, Viola (1997) enxerga várias alterações no ambientalismo brasileiro, provocadas por transformações na

dinâmica da sociedade brasileira, e pelas alterações na relação dessa dinâmica local e nacional com a comunidade internacional.

Segundo o autor, a primeira transformação está relacionada com os desdobramentos da economia brasileira nesse período. Até 1980, o Brasil registrou crescimento econômico acelerado. Mas em contraste, prevaleceu a desconsideração pela proteção ambiental. Nesse período também se assiste o nascimento do ambientalismo moderno, porém, “o movimento se manteve à margem da sociedade, tal como uma loucura folclórica. Estranhos eram considerados aqueles que gostavam de árvores, de animais e de florestas.”

Nos anos 1980 verifica-se a estagnação do crescimento econômico, que neste campo ficou conhecida como a década perdida. Porém, foi o período em que se observou o maior crescimento da consciência ambiental.

A segunda grande transformação apontada por Viola tem relação com o impacto do movimento ambientalista sobre a sociedade. Daí poder-se dizer que,

durante a década de 70, o impacto sobre a opinião pública foi baixíssimo, e, em contraste, a partir do começo dos anos 80 observa-se um processo de crescimento contínuo do impacto das questões ambientais sobre a opinião pública. Não obstante, o crescimento da importância da questão ambiental para a opinião pública não derivou transformações pontuais, seja nos comportamentos individuais, seja

nos comportamentos microeconômicos empresariais, seja nas políticas públicas (VIOLA, 1997, p. 33).

Dando prosseguimento em seu estudo, é na mudança organizacional do ambientalismo nesses 25 anos, que Viola identifica a terceira grande transformação. Isso quer dizer que nos anos 1970, o ambientalismo esteve confinado a pequenos grupos da sociedade civil, e também de reduzido número de funcionários da sociedade política que acreditavam na proteção do meio ambiente. Foi um ambientalismo de características bissetoriais, com pouca capacidade de atrair grandes setores da sociedade civil e do Estado. Mas em contra partida:

Durante a segunda metade da década de 80, o ambientalismo se tornou multissetorializado: começou a penetrar outras áreas e dinâmicas organizacionais, ultrapassou as fronteiras das agências ambientais estatais e das associações e movimentos ambientalistas e passou a impregnar outros movimentos sociais e Organizações Não Governamentais, universidades, a mídia, agências governamentais não especificamente ambientais e empresas. Ocorreu uma transformação organizacional gigantesca que, de algum modo, se resume a afirmar que o ambientalismo, enquanto tal, tinha identidade definida enquanto foi fraco. À medida que cresceu e se expandiu, se diluiu na sociedade, se tornou bem sucedido porque os problemas que abordava deixaram de ser restritos a um minoria de loucos, e passaram a ser uma questão presente nas estruturas perceptivas e cognitivas (não necessariamente nas comportamentais) da sociedade. (VIOLA, 1997, p. 29-30)

Já a quarta grande transformação indicada tem a ver com a relação entre a esfera nacional e a internacional. Até meados de 1990, o Estado-nação era o principal ator na relação com o sistema internacional; porém, daí em diante foi ganhando espaço um mundo globalizado, no qual uma macrossociedade planetária se instituiu e passou a conter a macrossociedade nacional.

Estamos hoje num novo tipo de macrosistema bifurcado. De um lado, temos um subsistema estado-cêntrico, onde os Estados-nações ainda seguem sendo atores do sistema. De outro lado, temos o subsistema multicêntrico, com uma multitudine de atores, cujos mais conhecidos são as corporações transnacionais. Mas temos também ONGs transnacionalizadas, organizações intergovernamentais, organizações científicas e redes de indivíduos. Estas redes têm a ver com a revolução das capacidades de um estrato importante da humanidade e o aumento da incerteza sistêmica: é um expressivo aumento da capacidade de impacto no sistema global de indivíduos empreendedores, que são superindivíduos, superlideranças, que conseguem construir novas redes sociais, participar de arenas de alta complexidade e definir novas agendas. (VIOLA, 1997, p. 30)

As mudanças e permanências do ambientalismo que foram se materializando ao longo da história, se encontram no mundo globalizado de hoje como expressão de sua mais alta complexidade. Isso significa que o sucesso das atitudes de correção da degradação ambiental pela sociedade política, pela sociedade civil, bem como pela sociedade econômica exige

reflexão e ação com base na realidade que representa o ambientalismo hoje. São muitas as conquistas auferidas pela sociedade que podem ajudar ou dificultar o desempenho do ambientalismo. E é por essa perspectiva, que Viola apresenta a quinta grande transformação, que para ele

É o processo de horizontalização e democratização da sociedade em vários níveis: na escola, na família, nas organizações sociais, nos sindicatos, no Estado e nas empresas. Este processo de democratização implicou em extraordinário progresso, mas ganhou também algumas dimensões negativas que importa destacar. Ele sobredimensionou a retórica da participação popular e a capacidade de negociação de interesses particulares e, simultaneamente, manteve a dualidade social com um vasto contingente de cidadão políticos que não são cidadão do ponto de vista social (VIOLA, 1997, p. 31)

Pelo fato da questão ambiental ser pública por excelência, a dinâmica democrática de cunho particularista acaba dificultando o desempenho do movimento ambientalista. Ainda assim, junto com uma gestão de comando e controle para a proteção ambiental, deve também se estimular uma outra de controle social, com base na formação educacional de agentes, principalmente da sociedade civil com capacidade para intervir nas decisões.

Como desdobramento das cinco grandes transformações referidas, resultou em meados da década de 1990, conforme Viola, “uma constelação muito complexa de correntes político-

culturais dentro do ambientalismo brasileiro”, que estão sintetizadas no quadro abaixo.

AMBIENTALISMO BRASILEIRO		
Correntes político-culturais	O que defendem	Onde estão
Globalistas-progressistas-sustentabilistas (GPS)	Governabilidade global. Redefinição do Estado: com fortalecimento de suas funções sociais e ambientais. Preservação com alta tecnologia.	Em setores do governo, do empresariado; em ONGs ambientalistas; e partidos políticos: PDT e setores moderados do Partido dos Trabalhadores.
Globalistas-conservadores-sustentabilistas (GCS)	Proteção com mecanismo de mercado Criação de Unidades de Conservação Controle do crescimento populacional Função repressiva do Estado	Em pequenos setores muito internacionalizados da comunidade ambientalista.
Nacionalistas-progressistas-sustentabilistas (NPS)	Fortalecimento do Estado nacional Proteção ambiental sem incentivo do mercado. Redução moderada da fecundidade Apoio a atividades extrativistas	Minoritariamente na burocracia civil e militar; no ambientalismo estrito sensu e no socioambientalíssimo; no Partido Verde; no PT e outros partidos de esquerda.
Sustentabilistas radicais (SR)	Abordagem comunitarista Rejeição ao Estado e ao mercado Diminuição drástica do consumo das classes média e alta Mais equidade do que eficiência	Em minoria nos grupos de base ambientalista e socioambientalista, e de forma marginalizada nas ONGs profissionais e semiprofissionais.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

A trajetória do ambientalismo brasileiro até meados de 1990 traz em sua história a singularidade de ascender em momentos de crise econômica. No entanto, as correntes político-culturais apresentadas no quadro acima traduzem o mundo complexo que hoje vivemos, colocando frente a frente atores que defendem, por exemplo, a preservação ambiental com alta tecnologia, governabilidade global e fortalecimento da vocação do Estado para atender pleitos sociais e ambientais; e aqueles que ao defenderem uma abordagem comunitarista rejeitam a função do Estado e do mercado nas decisões que dizem respeito às questões ambientais. No processo de governança ambiental, esses discursos dão a dimensão do quão é difícil a construção de consenso sobre decisões em que estão em jogo a proteção do meio ambiente. Por outro lado, o fato da sociedade civil poder participar das decisões faz renascer o papel cidadão do ambientalismo no diálogo com outros atores. Neste caso o que prevalece são argumentos sólidos em defesa da melhor forma dos cidadão usufruírem não só do direito político, mas em igual condições do direito social.

3. ANTECEDENTES E DEFINIÇÕES DO FENÔMENO ONG

Em sua trajetória o termo ONGs assume em cada formação social sentidos que traduzem a economia, o aparato jurídico-político, as ideias e a própria formação territorial dos países, em um processo que interage as escalas global-nacional-local. Por esse aspecto:

O termo ONG vem dos países do Norte (NGOs – Non-Governmental Organizations), referindo-se a entidades ou agências de cooperação financeira a projetos desenvolvimentistas ou assistencialistas, em favor de populações desprivilegiadas do Primeiro e do Terceiro Mundo. Algumas destas agências, às vezes também denominadas de GSOs (Grassroots Support Organizations), ou organização de apoio a movimento de base/comunitários, com o objetivo de financiar projetos a serviço destas bases populares, buscaram entidades mediadoras e responsáveis pela execução dos projetos nos países do Terceiro Mundo – essas ONGs passaram a ser denominadas a partir desse momento como ONGDs (Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento). Eram, entretanto, reconhecidas por muitos de seus atores e suas bases como os “centros populares” (de educação, apoio, promoção, assistência técnica e jurídica, assessoria, informação, documentação, pesquisa e outras atividades a serviço do movimento popular ou de grupos comunitários). (SCHERER-WARREN, 1998, p. 162)

Meksenas (2002) afirma que a sua definição, aparentemente, não significa oposição ao Estado. O sentido estaria em revelar

a capacidade de setores da sociedade civil, para organização e atuação em órgãos ou centros institucionais que tenham como bandeira o apoio às lutas sociais. Os temas através dos quais as ONGs se articulam são meio ambiente, etnia, sexualidade ou comunicação. Surgem, nesse sentido, no âmbito da cultura. Outras estão vinculadas a questões que dizem respeito à organização do trabalho, consumo, saúde, educação. Neste caso estão inseridas no âmbito econômico, social ou político. O autor observa que em qualquer uma dessas dimensões, amplas e gerais, o que faz com que esses organismos, que possuem designação de ONG se unifiquem seria o fato deles buscarem firmar seu perfil, com base na independência face ao Estado, e, em algumas situação, ao mercado. Não obstante, o mesmo autor chama atenção para o fato de que

Tais apontamentos não significam, todavia, que as ONGs sejam vinculadas apenas aos processos de emancipação social. Ao contrário, várias delas desenvolvem projetos voltados à regulação social e outras, ainda, têm um caráter nitidamente conservador. Além disso, o desejo de independência ou oposição, frente ao estado e ao mercado, é relativo, pois sem estabelecer uma mediação com tais esferas as ONGs não teriam o contraponto político e econômico necessário ao seu desenvolvimento e à sua identidade. (MEKSENAS, 2002, p. 152-153)

Com essas considerações, Meksenas busca entender as ONGs na sua relação com os movimentos sociais. Assim:

O processo e a dinâmica das lutas no seio do capitalismo contribuíram, em muitos casos, para a institucionalização dos movimentos sociais que se converteram em organizações não-governamentais. Noutros contextos, ocorreu o contrário, questões e

temas das lutas sociais foram propostos pelas ONGs e, posteriormente, encampadas pelos movimentos sociais (MEKSENAS, 2002, p. 152-153).

Segundo Menescal (1996) citada por Furriela (2002), a definição de ONGs como organismos não instituídos pelo Estado, ou dele não fazendo parte, abrangeria um grande número de instituições, tais como: sindicatos, igrejas, partidos políticos, institutos de pesquisa, grupos de bairros, dentre outros. A autora também não deixa de lembrar, que tal definição não é satisfatória, quando se considera que muitas ONGs tem no governo seu ente de criação, ou mesmo se constituem como parte dele. Pela sua perspectiva, as ONGs devem apresentar as seguintes características gerais:

- são organizações formais, pois não constituem apenas um agrupamento de pessoas, mas apresentam estrutura estabelecida com a finalidade explícita de atingir certos objetivos;
- são organizações sem fins lucrativos;
- possuem uma certa autonomia;
- realizam atividades, projetos e programas na chamada área de “política de desenvolvimento”, visando contribuir para a erradicação das condições de vida desiguais e injustas no mundo.

Com relação aos países localizados no hemisfério Norte e Sul, surgem dificuldades quanto à formulação de uma única definição do termo ONG. Não obstante, podem ser identificados alguns aspectos comuns entre elas, a exemplo da

solidariedade e postura política. Por outro lado, como o Estado não consegue suprir integralmente todas as demandas de bens e serviços que a sociedade precisa, as ONGs ajudam nessa promoção. Neste caso, “as ONGs são consideradas como uma compensação para atender determinadas necessidades da sociedade, considerando a deficiência do Estado e do mercado em supri-las” (MENESCAL *apud* FURRIELA, 2002)

3.1. Aspecto sócio-político das ONGs

No que concerne ao aspecto sociopolítico das ONGs, elas

são organizações que objetivam mudanças sociais globais através da influência na adoção de políticas. As ONGs possuem tanto uma função social como uma função política. Alguns autores denominam as ONGs como “pressuregroups”, ou como “politicalnonprofitorganization” (organizações políticas sem fins lucrativos). Levando-se em consideração sua função política, as ONGs tanto do Norte como do Sul são cada vez mais consideradas como “thinkstanks” (depósito ou fontes de ideias) para inovações políticas, pois geralmente os governos não estão em posição de desenvolver programas e políticas novas e viáveis. Ou seja, as ONGs oferecem imaginação e criatividade ao processo político (MENESCAL *apud* FURRIELA, 2002, p. 142).

Conforme Vieira, 2005 as ONGs que atuam no âmbito público se percebem como inovadoras na articulação de uma nova esfera pública. Consideram-se também, precursoras de uma nova institucionalidade emergente.

Os chamados novos movimentos sociais – movimentos ecológicos, feministas, de minorias, de consumidores etc. – se organizaram de forma autônoma fora dos

partidos políticos, afugentados pela forma piramidal, burocrática e profissional das lutas político-partidárias. (...) Em suma, essas entidades e movimentos da sociedade civil, de caráter não-governamental, não-mercantil, não-corporativo e não-partidário, podem assumir um papel estratégico quando se transformam em sujeitos políticos autônomos e levantam a bandeira da ética, da cidadania, da democracia e da busca de um novo padrão de desenvolvimento que não produza a exclusão social e a degradação ambiental. (VIEIRA, 2005, p. 65-66)

Sobre a atuação das ONGs em vários países do mundo, pode-se dizer que elas assumem papéis diferenciados.

Em muitos países ajudam a formular as políticas públicas. Em outros, atuam como fiscais de projetos ou ainda, fazendo denúncias de arbitrariedades do governo, que vão desde violações de direitos humanos até omissão no cumprimento de compromissos públicos, nacionais ou internacionais. Em alguns países são criadas espontaneamente como associações civis de base; em outros, são estabelecidas de baixo para cima, pelo Estado ou pelo mercado, o que configuraria, neste último caso, um vício de origem, pois há um comprometimento da autonomia da organização. (...) em muitos países as ONGs têm desenvolvido uma política de alianças de caráter duplo. De um lado, aliam-se com o Estado para exigir do mercado o equacionamento dos custos sociais e ambientais da produção exigido pelo desenvolvimento sustentável; de outro lado, aliam-se ao mercado para exigir do Estado a realização de reformas democráticas que aumentem sua eficácia administrativa. (VIEIRA *apud* FURRIELA 2002, p. 142-143)

Essas entidades estão sendo chamadas a desempenhar um papel de crucial importância, ou seja, buscar alternativas, do ponto de vista da sociedade civil, para a crise ecológica e social

que, pela degradação ambiental, ameaça o planeta e, pela globalização da pobreza, flagela a humanidade (1997).

3.2. Aspecto jurídico

Juridicamente, as “ONGs” são “sociedades civis sem fins lucrativos” a enquadraram-se na legislação referente a esse tipo de organização. Essas sociedades são formalmente reconhecidas pelo Código Civil Brasileiro de 1916 enquanto pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos. Compreendem, segundo o art.16, I – “As sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações”. As “ONGs”, então, poderão escolher o registro legal seja de sociedades civis (ou associações, a lei usa as duas expressões transitivamente), seja de fundações – o que é menos frequente. (LANDIM, 1993, p. 20)

A conceituação de ONG inclui assim sua qualificação como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, prestadora de serviço público. A Constituição Federal em diversos momentos refere-se explicitamente a essas organizações para admitir a participação das mesmas como, por exemplo, em seus programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente (art. 227, parágrafo I).

Hoje, após a aprovação da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, pelo Congresso Nacional, foi definido um marco legal para as ONGs, genericamente mencionadas como “o terceiro setor”, após ampla discussão pela sociedade civil e setores de

governo. Essa Lei dispõe sobre as organizações da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos. A lei estabelece um parâmetro para as organizações não-governamentais, uma vez que reconhece como organizações de interesse público aquelas que têm por objeto:

- a) promoção da assistência social;
- b) promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- c) promoção gratuita da educação;
- d) promoção gratuita da saúde;
- e) promoção da segurança alimentar e nutricional,
- f) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- g) promoção do voluntariado;
- h) promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- i) experimentação, não-lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- j) promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- k) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- l) estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos mencionadas nos itens a cima.

Esse marco legal permite que se identifique quais seriam as entidades sem fins lucrativos legitimadas a participar de processos coletivos de gestão de recursos ambientais, uma vez que reconhece como organização de interesse público aquela que tem por objeto a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

3.3. Protagonismo e especialização das ONGs no Brasil

Nas décadas de 1970 e 1980, as ONGs se configuravam como entidades de suporte aos movimentos sociais e populares, assessoravam eles no combate contra o regime militar e no processo de democratização brasileira.

Nesta fase, as ONGs se preocupavam em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudavam a própria organização a se estruturar, e muitas delas trabalhavam numa linha de conscientização dos grupos organizados. As ONGs eram suportes para a ação dos movimentos. Eram ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes. A face movimentalista encobria, nas próprias ONGs, sua outra face, produtiva, geradora de inovações no campo de alternativas às necessidades e demandas sociais. (GOHN, 2005, p. 89)

Nos anos 1990, ao lado das ONGs cidadãs surgem outras entidades que se autodenominam de terceiro setor (sendo estas mais articuladas às empresas e fundações). A postura militante, com ideologia e projeto político definido das primeiras, vê as últimas que saem da sombra, se colocar à frente dos

movimentos sociais. Elas, também, em alguns casos se tornam instituições autônomas desligando-se dos movimentos.

Algumas dessas ONGs entram em crise e se fragmentam também. As ONGs cidadãs que sobreviveram sofreram várias transformações, das quais citamos as mais destacadas: a) a maioria delas adotam a perspectiva de intervenção direta no meio popular e não mais se posicionam apenas como executoras de atividade de assessoria. A intervenção direta confere às ONGs um novo protagonismo: trata-se de exercer um papel ativo, que tem como perspectiva produzir conhecimentos e democratizar informações; b) as ONGs se especializam em temas e assuntos tais como: atuação com mulheres sobre problemas da saúde, crianças e adolescentes (principalmente depôs do estabelecimento do ECA); políticas públicas (saneamento, problemas urbanos, e especificidades no seu interior como o orçamento público), formação sindical, produção alternativa no campo etc. (GOHN, 2005, p. 89-90)

Gohn (2005) também observa, que, em princípio, o que causou a fragmentação das ONGs não foi tanto o fato delas se especializarem; visto que os seus trabalhos por projetos específicos eram executados em redes temáticas. Redes estas que abrangiam escalas que iam desde o local, passando pelo regional, nacional e transnacional. “Quando surge um fato mais abrangente, as redes temáticas se entrecruzam”. Para a autora o enfraquecimento das ONGs cidadãs foi motivado pelo

crescimento e o fortalecimento do pólo associativo do Terceiro Setor, pouco ou nada politizado, com compromissos genéricos sobre o combate à exclusão social, com discurso diluidor dos conflitos sociais, preocupado apenas com a inclusão social em termos de integração social ao status quo vigente, sem questionar as bases do modelo de desenvolvimento vigente; a

opção das ONGs pelo trabalho institucionalizado, que é uma necessidade, mas priorizando a via das parcerias com as políticas públicas estatais; decorrente do item anterior, o trabalho com políticas públicas levou a trabalhos concentrados em projetos e programas focalizados, para clientelas específicas, desconsiderando-se os processos, os conflitos envolvidos e a universalização das demandas (GOHN, 2005, p. 90-91).

Disso teria resultado uma 3ª transformação no novo protagonismo das ONGs. Estas passaram a oferecer uma espécie de pacote de serviços, tais como: qualificação dos atores sociais, cursos, seminários, treinamento, e outros. Também são apontados como causa dessa atuação a própria conjuntura econômica das ONGs, assim como os novos critérios adotados pelos organismos da cooperação internacional no que concerne ao suporte voltado para os projetos sociais. Outro aspecto que Gohn (2005) procura destacar nos pacotes de serviços é que, pelo fato deles terem que ser mais ou menos uniformes para atender as exigências das políticas públicas, eles deixam de ser elaborados conforme as demandas culturais ou experiência anterior dos contemplados com os serviços.

Eles são formulados segundo as agendas priorizadas nas políticas públicas e nas ênfases dadas pelos organismos de financiamento, incluído não apenas a cooperação internacional solidária mas até mesmo os órgãos trilaterais de financiamento como o BID, BIRD etc. E neste ponto encontramos pouca diferença entre as ONGs cidadãs e as entidades do terceiro setor, embora os projetos políticos que as orientem sejam muito distintos. As primeiras se fundam numa cultura política que priorizam, nos processos de mudanças e

transformações sociais, a conquista, defesa ou ampliação de diferentes tipos de direitos da população como um todo e a emancipação sociopolítica e econômica de amplas camadas da população que se encontram totalmente excluídas do acesso ao mercado de trabalho, dos benefícios da civilização moderna para uma vida digna e com justiça social. As segundas atuam segundo critérios vagos de um humanismo liberal, que visa ajudar o próximo, de preferência via trabalho voluntário, criando instituições bastante atreladas às políticas públicas, segundo os critérios preconizados por essas políticas, que, como sabemos, falam em nome do social e da coisa pública mas priorizam, na ação concreta, o atendimento emergencial, sem atuar nas causas dos problemas sociais (GOHN, 2005, p. 92).

A 4ª transformação no protagonismo das ONGs identificada por Gohn (2005), está no paradigma que norteia as suas atuações. Segundo o paradigma anterior, os agentes sociais eram tratados “como sujeitos de uma história em construção, dotados de um saber próprio, que necessitava ser despertado.” Já o paradigma atual se fundamenta em um número grade de autores e interpretações, onde se destaca o modelo inter-relativo racional; é destacada a pluralidade da realidade e dos atores sociais, existe preocupação com as práticas de comunicação – mais em termos de interatividade do que dialógico. Nesse processo, “a reação do outro face a um desafio deve ser trabalhada e não simplesmente aceita como natural pelo mediador da ação cultural, antes denominado educador popular. A reciprocidade passa a ser um indicador.” Enfim, a autora ressalta que

Avaliações, impactos, resultados e desafios são partes do roteiro a ser seguido pelas novas intervenções

diretas. Mobilizar pessoas envolve não apenas um chamamento para uma ação diretamente relacionada com um interesse de sua categoria ou classe social. No novo paradigma, mobilizar as pessoas deve ser uma tarefa integral: mobilizar corpos, emoções, pensamentos e ação de forma que se a provoquem mudanças nos hábitos e no comportamento dos indivíduos, alterando o resultado de sua participação política, inserindo-o na comunidade próxima, ajudando a desenvolver um espírito fraterno e comunitário. No novo paradigma, não importa a ideologia política. Criar sujeitos políticos ativos com capacidade de intervir no econômico – leia-se economia informal –, para melhorar a sua qualidade de vida e a da sua família.(GOHN, 2005, p. 93)

Da década de 1970 para cá, as ONGs sofreram mudanças no seu protagonismo, tendo que especializar seus serviços segundo o compasso das transformações que iam acontecendo no Brasil e no mundo. Os ciclos de crescimento e desaceleração da economia registrados nos anos 1970 e 1980, respectivamente; o processo de redemocratização do estado; o surgimento do mundo globalizado, que passou a conter o Estado-nação, fez aparecer outras formas de organização, a exemplo do Terceiro Setor. As Ongs cidadãs pioneiras tiveram agora que enfrentar o dilema de dividir com esse último a assessoria aos movimentos sociais. Do paradigma anterior, em que os agentes sociais eram tratados “como sujeitos de uma história em construção, dotados de um saber próprio, que necessitava ser despertado.” a tradição das primeiras Ongs brasileiras precisam agora adaptar seu protagonismo a um outro, a saber: o da pluralidade da realidade dos atores sociais,

com o desafio de juntar no processo educativo a comunicação interativa e o diálogo em um só tempo.

3.4. ONGs ambientalistas

A crise ecológica global e a incapacidade dos agentes políticos tradicionais de responderem satisfatoriamente a ela originaram um campo político especificamente ambiental, onde as ONGs desempenham papéis preponderantes. As próprias ONGs foram fundamentais na criação desse tipo de campo, e é por meio dele que elas pressionam os governos e os substituem sempre que necessário, desenvolvem pesquisas, novos projetos e experiências, apóiam iniciativas voltadas à promoção da sustentabilidade, estreitam relações e parcerias entre os níveis local e global, além de exigirem transparência nas decisões. Seu papel principal na atualidade talvez possa ser resumido em apontar evidências de que há inúmeras possibilidades de superar a crise global atual. (FERREIRA, 1999, p. 11-12)

Em quase todas as correntes político-culturais do ambientalismo brasileiro, que emergiram com as grandes transformações operadas na economia, no aparato jurídico-político, e nas relações estabelecidas entre comunidade nacional e o mundo globalizado Viola (1997), observa-se a participação de ONGs ambientalistas. Isso pode ser verificado nas correntes Globalistas-progressistas- sustentabilistas (GPS), e Sustentabilistas radicais (SR). Por outro lado:

As ONGs ambientalistas com atuação no território nacional têm levado a cabo inúmeros tipos de projetos (LANDIM, 1996; SPVS, 1997). Dentre eles, merecem destaque projetos de diagnóstico participativo dos recursos naturais e dos usos a que se destinam, de popularização de técnicas de agroecologia ou de

manejo de espécies e sistemas, de alternativas de geração de emprego e renda para moradores de Unidades de Conservação e seu entorno, de técnicas sustentáveis de abastecimento de água para zonas semi-áridas, de mutirões para reposição florestal, além de projetos de co-gestão de áreas protegidas em parceria com órgãos governamentais. Todos esses projetos incluem, ainda, cursos de capacitação específicos. O público alvo preferencial destes projetos é constituído por índios, seringueiros, ribeirinhos, sertanejos, pescadores, pequenos agricultores familiares, artesãos, ex -sem terra assentados, grupos de jovens moradores de Unidades de Conservação de uso indireto, sem alternativas de emprego e renda, dentre outros. (FERREIRA, 1999, p.12)

Em outros casos, embora determinadas ONGs não tenham na sua história a identidade de serem estritamente ambientalistas – por que se constituíram na década de 1970, ou mesmo em tempos mais recuados como cidadãs, ajudando organizações populares a combaterem governos autoritários e ao mesmo tempo objetivando a democratização do Brasil – em tempos atuais elas podem aparecer assessorando demandas de comunidades locais por litígios fundiários, criação de reservas ambientais, bem como orientação e capacitação de agentes para elaboração de projetos junto a programas de manejo sustentável do governo e assumindo assim dupla identidade. O que não é demérito, mas estratégia de adaptação ao grau de complexidade a que o país e o mundo chegou.

4. GOVERNANÇA E GOVERNANÇA AMBIENTAL

4.1. Etimologia e conceitos

Etimologicamente o termo governança vem do grego e quer dizer: a navegação ou o navegador. O termo governança é um conceito estabelecido no campo das relações internacionais e em particular nos estudos de meio ambiente (YOUNG *apud* PALMUJOKI, 2004).

Na comparação entre regime e governança nos estudos de relações internacionais, o regime enfatiza o papel do estado soberano na governança global. O conceito de regime consiste a uma área restrita. Conseqüentemente, estados juntos com organizações internacionais constituem governança internacional através de regimes (YOUNG *apud* PALMUJOKI, 2004). Porém, o conceito de governança como tal, tem um amplo conteúdo em respeito ao exercício de autoridade em uma dada esfera. Isto não precisa necessariamente de um corpo político formal, embora indique um processo político e a ação recíproca de diferentes interesses que aspirem ao consenso (HEWITT DE ALCANTARA *apud* PALMUJOKI, 2004). Os meios da governança ambiental, por exemplo, não são uma incumbência deliberada entre governantes através de organizações internacionais e regimes, mas um resultado de diversos interesses, atividades e capacidades de uma variedade de atores, incluindo

governantes, organizações internacionais, empresa comercial e organizações da sociedade civil.

As atividades dos atores na gestão ambiental podem assim ser tratadas igualmente como uma racionalização de atividades econômicas relacionadas ao meio ambiente, como também objetivando os limites concernentes ao meio ambiente. Palmujoki (2004) sugere que o conceito de governança pode ser examinado mais exatamente como um construto social do que como um mecanismo concreto onde os alvos e implementações dos atores podem ser identificados. Nesse sentido, o autor afirma que semelhante abordagem é fortemente sustentada pelo crescimento das organizações não-governamentais no que diz respeito ao desenvolvimento e resultados ambientais onde o papel de atores separados é mais obscurecido (GORDENKER e WEISS *apud* PALMUJOKI, 2004).

Para vários autores a gestão e a proteção ambiental, reguladas pelo governo, não deve ser descartada. Todavia, suas limitações tem se tornado patentes.

Inúmeros fatores têm fortalecido o papel dos agentes da sociedade civil como colaboradores do governo na elaboração e execução das políticas de desenvolvimento e gestão ambiental. Em muitos países, a patente ineficácia de uma abordagem totalmente centralizada tem sido conjugada ao desmantelamento da burocracia estatal sob programas de ajuste estrutural. As perspectivas da ciência política e social pós-moderna têm, também, encorajado os analistas a reconsiderarem a importância dos atores não-estatais; anteriormente negligenciados, são vistos agora como atores-chave no cenário do

desenvolvimento, capazes de exercer uma influência decisiva sobre os eventos (HALL, 1997, p. 277-278)

No âmbito da relação sociedade civil-sociedade política existe outras maneiras de se interpretar os processos e funções da governança. Rhodes citado por Lima, 2002, por exemplo, atribui à governança seis formas diferentes de uso: como estado mínimo, governança incorporada, nova gerencia pública, “a boa governança”, sistema sócio-cibernético, redes auto organizadas. Para o autor governança implica em um jogo complexo dos valores, das normas, dos processos, e das instituições através do qual a sociedade controla e resolve seus conflitos de desenvolvimento. Lima (2002) acrescenta que “o Programa de Desenvolvimentos das Nações Unidas (PNUD) indica que o objetivo de iniciativas de governança deve ser o desenvolvimento das capacidades que são demandadas para se promover o desenvolvimento e que dá prioridade aos pobres, sustentam o ambiente e criam oportunidades para quem precisa de emprego e outros meios de subsistência.”

Muito similar é também para Lima (2002) a definição feita por Paterson, “um sistema de governança é uma instituição que se especializa em fazer escolhas coletivas em matérias do interesse comum aos membros de um grupo social distinto.”

Também para o PNUD, conforme Lima, a governança se materializa com a imposição da autoridade nas áreas econômicas, políticas e administrativas como uma maneira de controlar os assuntos do estado. Inclui as instituições, processos e instrumentos através de que cidadãos e os grupos

promovem seus interesses comuns, direitos, e também se encontram com sua responsabilidade e reconciliam suas diferenças.

A governança apresenta três vieses de ação: econômico, político e administrativo. O econômico inclui processos de tomada de decisão e relaciona-se às atividades econômicas do país e suas interações com a governança econômica de outros países. Tem claramente um papel relevante a fim de por em ordem a promoção da equidade, a pobreza e a qualidade de vida. A governança política é o processo da tomada de decisão para formular a política. E a governança administrativa é o sistema de execução da política. (idem)

A governança considerada pelo PNUD ótima abrange o estado, mas lhe transcende incluindo o setor confidencial (que compreende operação bancária, cooperativas, comércio e indústrias e o setor informal do mercado), além de organizações civis da sociedade. É importante dizer que a governança pode somente ser interpretada com base no estado e na sociedade civil que se operam juntos. Neste caso, o setor confidencial é incluído na sociedade civil. Entretanto, o setor confidencial deve ser separado da sociedade civil e do governo até o ponto em que os atores do setor confidencial possuem influências sociais, econômicas e políticas na medida em que criam um ambiente de condução para o mercado. Neste contexto, a sociedade civil, “encontrando-se entre o indivíduo e o estado, compreende os indivíduos e os grupos (organizados ou não organizados) interagindo socialmente, politicamente e

economicamente é regulada formal e informalmente por regras e por leis o programa de desenvolvimento das nações unidas definiu a boa governança ` como a reunião de três instituições principais: estado, sociedade civil e setor confidencial.

Entretanto, foi um consenso que o estado deve ser definido abrangendo o político e as instituições do setor público. O interesse preliminar se encontra na eficácia do estado com relação às necessidades de sua população. O setor confidencial cobre atividades confidenciais (operação bancária, setor cooperativo, comércio, indústrias, e assim por diante) e o setor informal de mercado. Alguns dizem que o setor confidencial é parte da sociedade civil. Entretanto, o setor confidencial deve ser separado da sociedade civil e do governo até ao ponto em que os atores do setor confidencial possuem influências sociais, econômicas e políticas na medida em que criam um ambiente de condução para o mercado. Neste contexto, a sociedade civil, “encontrando-se entre o indivíduo e o estado, compreende os indivíduos e os grupos (organizados) interagindo socialmente, politicamente e economicamente é regulada formal e informalmente por leis. “As instituições da governança nos três domínios (estado, sociedade civil e o setor confidencial) devem contribuir ao desenvolvimento humano sustentável estabelecendo as circunstâncias políticas, legais, econômicas e sociais para a redução da pobreza, a criação de trabalho, a proteção ambiental e o avanço das mulheres. ” (UNDP)

Em se tratando de governança democrática e poder local (GOHN, 2005, p. 63) infere que o

conceito de governança alterou o padrão e o modo de se pensar a gestão de bens públicos, antes restritos aos atores presentes na esfera pública estatal. A esfera pública não-estatal é incorporada por meio de novos atores que entraram em cena nos anos 70/80, pressionando por equipamentos coletivos público, melhores condições materiais e ambientais de vida, direitos sociais, cidadania, identidade de raça, etnia, gênero, geracional, etc., cada vez mais se tornaram parte de novas estruturas.

Pelo menos nas áreas de política ambiental e social, as estruturas de governança emergentes estão substituindo funções tradicionais do Estado (ALTIVATER *apud* GOHN, 2005, p. 64)

Conforme Gohn (2005, p. 64), o conceito de governança local é híbrido. Nesse sentido, ele

busca articular elementos do governo local com os de poder local . Ele se refere a um sistema de governo em que a inclusão de novos atores sociais é fundamental, por meio do envolvimento de um conjunto de organizações públicas (estatais e não-estatais) e organizações privadas. Ou seja, trata-se de um sistema que poderá envolver, entre outros, as ONGs, os movimentos sociais, o Terceiro Setor de uma forma geral , assim como entidades privadas e órgãos públicos estatais. A governança local diz respeito ao universo das parcerias, a gestão, a gestão compartilhada entre diferentes agentes e atores, tanto da sociedade civil como da sociedade política.

Já Santos Junior (2005, p. 19) denomina governança democrática

os padrões de interação entre as instituições governamentais, agentes do mercado e atores sociais que realizam a coordenação e, simultaneamente promovam ações de inclusão social e assegurem e

ampliem a mais ampla participação social nos processos decisórios em matéria de políticas públicas. Tal padrão de interação entre governo e sociedade se expressa em canais ou arenas, institucionalizados ou não, de intermediação entre instituições governamentais e atores sociais. Assim, as diferenças no grau e na forma de incorporação dessas arenas e canais podem em grande medida ser aplicadas pelas diferenças na proporção de pessoas habilitadas a participar do controle das políticas sociais, bem como pelas diferenças entre as culturas cívicas e a instituição e mobilização das esferas públicas, que incidem sobre as possibilidades de se constituírem governos locais com ampla participação na dinâmica política municipal.

Como um sistema complexo de tomada decisões, em conjunto, pela sociedade política, sociedade civil e a sociedade econômica sobre a prevenção e correção de impactos ambientais negativos, a governança ambiental aflora da relação complexa entre comunidade nacional e o mundo globalizado. Por isso, problemas de conflitos fundiários na Amazônia, por exemplo, entre povos que habitam e manejam a floresta de forma sustentável há muito tempo e empresas transnacionais que exploram madeira, minérios dentre outros, exigem estratégias dos agentes envolvidos para uma posição de consenso que vá ao encontro da proteção socioambiental.

4.2. O processo histórico de desenvolvimento da Amazônia

Nesta parte tem-se como intuito contextualizar a área de estudo, a partir de questões que envolvem a região amazônica

em sua totalidade. Assim, procura-se primeiro discorrer sobre a formação territorial da Amazônia (1616 a 1930); depois fala-se das mudanças estruturais provocadas pelos planos regionais de desenvolvimento (1946 a 1985); e por último comenta-se sobre a sustentabilidade da região amazônica: novos desafios para a presente e futura geração.

4.3. Formação territorial da Amazônia

Até o advento das políticas territoriais do governo militar após 1964, a ocupação da Amazônia se processou em surtos – a exemplo da demanda externa por drogas do sertão e posteriormente pela borracha; seguidos de longos períodos de estagnação e decadência. A estrutura fundiária nessa época caracterizou-se por grandes latifúndios como as capitânicas hereditárias (por exemplo: de Cametá, a do Caeté, do Cabo Norte, além da de Gurupá); as sesmarias doadas por donatários que se transformariam nas primeiras vilas e municípios do interior; assim como grandes áreas de terras de propriedade de senhores de engenho, fazendeiros dentre outros. Boa parte da população da região quando não era escravizada vendia sua força de trabalho, ou arrendava parte da terra de latifundiários para praticar o extrativismo e sobreviver.

A incorporação de mais território à Amazônia brasileira fez com que a sua densidade demográfica diminuísse ainda mais; todavia, isso não parece justificar o uso de certos termos para a região como: “vazio” ou “deserto”, já que nela sempre

existiram povos primitivos, além de negros, brancos e mestiços. É certo que do grande contingente populacional dos povos antigos que compunham a sociodiversidade amazônica, a grande maioria foi dizimada por genocídios e doenças, além da perda progressiva de suas identidades – hoje resta um número reduzido de índios e quilombolas. Com relação à mobilidade interregional da população é importante destacar a migração forçada de nordestinos, em virtude do aumento da demanda internacional pela borracha, exigindo em contrapartida número compatível de trabalhadores.

O problema foi resolvido pela natureza, que provocou a migração forçada de grandes contingentes de camponeses semimortos de fome do interior árido, ou sertão, do Nordeste do Brasil, expulsos de suas terras pelas secas periódicas, particularmente a de 1877-79, que foram transportados em navios para a Amazônia às custas do governo. Somas imensas de dinheiro foram ganhas pelos barões da borracha, que exploravam a mão-de-obra barata dos seringueiros, atraídos para a Amazônia pelo surto de progresso e subsequentemente mantidos nos seus lugares por um selvagem e implacável sistema de escravidão por endividamento, conhecido como aviamento (HALL 1991, p. 22).

Vários fatores contribuíram para que a produção e comercialização da borracha amazônica entrassem em decadência, mas, talvez, os principais tenham sido: contrabando de sementes de seringueiras (1876) pelo botânico francês Henry Wickham, propiciando o cultivo do vegetal no Ceilão e depois na Malásia, Java e Sumatra; além de especulação financeira. A eficiência dos seringais asiáticos

superou a produção brasileira, aumentando a oferta e empurrando para baixo os preços. Em face disso, o governo do Brasil tentou por duas vezes recuperar os tempos áureos da economia gomífera – uma com o Plano de Apoio à Borracha instituído em 1912 na gestão de Hermes da Fonseca (mas que não logrou êxito); e a outra ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial.

Se comparado com o grau de depauperação do meio ambiente amazônico no presente, pode-se afirmar que a economia extrativista das drogas do sertão e da borracha, assim como o cultivo de cana-de-açúcar, tabaco e outros não teriam gerado grandes impactos ambientais à Amazônia. Todavia, com o fortalecimento dos laços diplomáticos entre Brasil e Estados Unidos, principalmente através dos “Acordos de Washington”, além da borracha passam a ser de interesse estratégico os recursos minerais. Por essa perspectiva, começam a ser gestadas as condições materiais para inclusão da Amazônia como potencial província mineralógica do país; fato que aumentaria a velocidade da economia de fronteira na região e que também viria acompanhado de impactos ambientais sem precedentes.

de acordo com o paradigma de relação *sociedade-natureza*, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana (BECKER, 2005, p. 3)

Desde os tempos da ocupação, ampliação e domínio português sobre a Amazônia, as decisões político-econômicas para a região foram tomadas: exclusivamente pelo estado brasileiro ou em parceria com outros estados. Com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, essa prática continuou a ser operada, porém, assumindo um outro significado.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, segundo os ideólogos norte-americanos, era necessário o Brasil preparar-se para a Terceira Guerra Mundial, agora contra um “novo inimigo”, o bloco socialista, liderado pela União Soviética. A queda de Vargas e a Constituinte de 1946 apenas encobriram a realidade dos fatos: estava em marcha a construção do ideário que desembocaria na ideologia das “fronteiras ideológicas”. Ideário que acabou por garantir a hegemonia norte-americana no controle dos recursos minerais no Brasil e em praticamente toda a América Latina. (OLIVEIRA, 1991, p.6).

No governo do Marechal Dutra, por exemplo, foi concedida exploração, no então território do Amapá, das jazidas de manganês pela empresa norte-americana Bethlehem Steel. Além disso, foi assinado o “Acordo Intergovernamental Brasil-/Estados Unidos”. Através deste, o *Bureau of Mines* praticamente assumia o controle do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), do Ministério da Agricultura. Isso por que o governo brasileiro lhe autorizava proceder, com recursos americanos, estudos sobre áreas com ocorrência de ferro em Minas Gerais. Em 1952 (em seu governo constitucionalista) Vargas assinava o “Acordo Militar Brasil-Estados Unidos”. Com base neste acordo, as matérias primas

de valor estratégico como o ferro, por exemplo, não poderia ser comercializado com os países de regime socialista. Os governos que se seguiram como o de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, foram marcados por disputas de empresas norte-americanas pelo controle comercial do ferro brasileiro: atitude que tinha total apoio dos militares americanos e brasileiros desde Dutra. Essas disputas, ou “forças ocultas”, segundo Jânio, os teriam levado a renúncia. Para contrariar ainda mais os interesses do governo americano e dos militares brasileiros, além das empresas que auferiam lucros com a venda de minério, assume o poder o presidente João Goulart.

Com a crise e os “boicotes” que se sucederam no governo Goulart, e diante da queda dos preços do minério de ferro no mercado internacional em mais de 40%, nasceu a alternativa do estabelecimento de um “entrepósitos de minérios” no Mar Adriático. Jango convidou o então Presidente da Iugoslávia, Marechal Tito, para discutir o “plano”. A partir das conversações, selaram um primeiro acordo para a criação de um grupo misto de “Cooperação Industrial e de Cooperação Econômica” entre a *Associação do Porto de Rijeka (Fiúme)*, no Adriático e a Cia. Vale do Rio Doce. Esse episódio, mais a venda de minério de ferro à Hungria, foi motivo suficiente para que os grupos rivais norte-americanos e de outros países se unissem contra Goulart. Aliando-se aos “testas-de-ferro” brasileiros, iniciaram a campanha que acabou por desestabilizar o governo de Jango e culminou com o golpe militar de 1964 (OLIVEIRA, 1991, p. 23).

Foi nesse período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a tomada do poder pelos militares, que o governo brasileiro entendeu que a Amazônia precisaria de uma

ação político-econômica mais eficaz. O artigo 199 da constituição brasileira de 1946 reconhecia as tentativas fracassadas do governo brasileiro, em fomentar no passado a indústria da borracha e a economia da Amazônia, ao instituir medida como o “Fundo de Valorização Econômica da Amazônia”. Com esse mecanismo, o Estado passou a canalizar recursos orçamentários específicos (3% das receitas tributárias) às atividades do setor, ao contrário do passado, em que sua ação se circunscrevia praticamente às medidas de caráter emergencial.

Além disso, depois de muita demora, foi promulgada em 1953 uma lei aprovando a elaboração de um plano de desenvolvimento regional e de uma agência de desenvolvimento denominada Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), tendo Belém como sua sede. Criada para receber orientações diretas da Presidência da República, eram finalidades da SPEVEA: o estímulo às atividades extrativas, assim como agrícolas, pastoris, minerais e industriais. Da discussão sobre o espaço geográfico que deveria ser de jurisdição da SPEVEA ganhou a proposta que defendia a definição de Amazônia Legal em oposição à Amazônia clássica. A primeira, cerca de um terço maior que a última, com 5.057.490 km², e aproximadamente 60% de todo território brasileiro, abarcou a totalidade dos Estados do Pará e Amazonas; os então territórios federais do Acre, Rondônia e Roraima, e a parte norte dos Estados de Goiás e Mato Grosso, além do oeste do Maranhão.

Para que fossem alcançadas as metas de desenvolvimento regional de longo prazo, a SPEVEA propunha vários planos quinquenais. No primeiro (1953) tiveram prioridade máxima a agricultura, o transporte fluvial e a saúde. Não obstante, desde quando o plano começou a ser aplicado, surgiu uma série de problemas que os teriam levado ao fracasso. A desculpa maior foi atribuída à administração e a falta de técnicos treinados para desenvolver suas funções. Além dessas limitações outras podem ser indicadas como, por exemplo, o ceticismo do congresso nacional quando optou por planos anuais e não quinquenais de desenvolvimento; além de que grande parte dos recursos da SPEVEA foram gastos em outras instituições governamentais. Dos dez anos de ação da SPEVEA na Amazônia, os seus resultados são considerados tímidos.

Após dez anos de operação na Amazônia, os sucessos da SPEVEA foram, para dizer o mínimo, modestos. À parte modernizar instalações portuárias e criar algumas grandes indústrias, sua maior realização foi a construção da estrada de rodagem de 2.000 km, ligando a cidade de Belém a Brasília. Originariamente concebida em 1947, e com o traçado final oficialmente inaugurada cinco anos depois e pavimentada em 1973. Supostamente inspirada por pressão do lobby da nascente indústria automobilística do país, e não pelo desejo de colonizar o interior per se, estima-se que a estrada atraiu 174.000 migrantes no período 1960-70, de uma forma muito desorganizada e não planejada (MARTINE *apud* HALL, 1991, p. 25).

Com a chegada dos militares ao poder, através do Golpe de 1964, a ideologia das “fronteiras ideológicas” podia agora começar a ser colocada em prática pelo próprio estado. Em

consequência abria-se caminho, por exemplo, para a internacionalização da economia e do acesso aos recursos minerais brasileiros. Para este fim, o marechal Castelo Branco, primeiro militar dos tempos de ditadura, autorizou, no início do seu mandato, a *USAF – United Estates Air Force* – sem nenhuma concorrência pública realizar parte do levantamento aerofotogramétrico do país. “E como se sabe, o Bureau of Mines de Washington passou a possuir toda as informações sobre a ocorrência mineralógica em território brasileiro.” Além de que, com base na doutrina da segurança nacional – segurança com desenvolvimento – seria imprescindível uma política de integração regional do Brasil. É em vista disso que o governo militar propõe:

Inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E-0, segundo o eixo do grande rio (SILVA,1981, p. 47).

Dentro dessa estratégia do governo militar não caberia mais espaço para a SPEVEA, daí ser decretada a sua extinção. Porém, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Esta instituição tinha como escopo obedecer a uma geopolítica que visava integrar a região amazônica às duas outras regiões geoeconômicas do país: Nordeste e Centro-Sul. Isso se justificaria pelo fato de que

Os problemas com que se defronta o Nordeste emanam de fatores próprios, tais como as pressões sociais geradas em uma região de solo e clima adversos, onde se agita uma população de cerca de 25 milhões de

habitantes. Já na Amazônia, os traços dominantes do seu meio físico estão contidos na exuberante cobertura florestal e no emaranhado de grandes rios que a cortam; excluído o Estado do Maranhão, a Região é, quanto às dimensões geográficas, quase 4 vezes maior que o Nordeste, e seus escassos 3 milhões de habitantes não alcançam, sequer, a densidade demográfica de 1 por km². Além dessas características regionais, a Amazônia ainda apresenta os seguintes aspectos que a tornam inconfundível no quadro geral do País:- um imenso vazio demográfico que se oferece à atenção mundial como possível área de reserva, à medida que aumentam as justas preocupações com o fenômeno da explosão populacional;- uma extensa área de fronteira, virtualmente desabitada, confinando com cinco países estrangeiros e dois territórios coloniais; - o extrativismo vegetal, como forma ainda predominante de atividades econômicas Lei nº 5.173 de 27/10/66 (*apud* OLIVEIRA, 1991, p. 30)

Os macroplanos editados a partir do golpe de 1964, trazem no seu bojo o recrudescimento da modernização centralizadora do aparato estatal inaugurada no “Estado Novo”. Assim, o governo autoritário que se instala, cria mecanismos mais agressivos no que tange às políticas econômicas regionais – sendo esse processo progressivo até o final da década de 70.

O (PAEG) Programa de Ação Econômica do Governo, editado para os dois primeiros anos da gestão militar, dá início a uma sequência de outros planos. Seus objetivos se dirigiam para as questões regionais, principalmente no que se refere aos problemas nordestinos e a valorização econômica do espaço amazônico. Mas o caráter marcante desse programa se traduz na sua concepção centralizadora de políticas territoriais expressas de maneira mais veemente. Isto se verifica na criação

de grandes órgãos com o fito de que eles integrassem as ações de outros de menor porte. Exemplo disso é a criação no começo da gestão militar de dois Ministérios: o de Planejamento e Coordenação Econômica; e o Extraordinário para a Coordenação de Organismos Regionais. Ao subordinar as superintendências regionais, a exemplo da SUDAM, a este último Ministério, a união projetava seus tentáculos centralizadores a todas as escalas territoriais do país.

O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social para o período de 1967-1976 (embora, como o anterior, não tenha sido implementado) tratava pela primeira vez de forma explícita a problemática regional segundo o enfoque da integração nacional. Isto se faria pela ocupação econômica da Amazônia e do Centro-Oeste. Assim, objetivava-se constituir e consolidar um mercado nacional. Como referencial para a proposição de suas políticas territoriais, o Plano Decenal se inspirava na “Teoria dos Pólos de Desenvolvimento” inaugurada por F. Perroux. Segundo (COSTA, 1995)

A adoção dessa estratégia implicaria, pelo plano, a eleição de ‘regiões-programa’ e nelas, os pólos representados por centros urbanos capazes de, a partir da concentração de investimentos, irradiar o seu dinamismo à região (COSTA, 1995, p. 52).

Para o período de 1968-70, foi formulado pelo governo outro plano, o PEG – Plano Estratégico de Governo. Este, conservou as diretrizes principais do plano anterior, porém, acrescentou algumas demandas, a exemplo de “pólos industriais”, assim como a instituição do Ministério do Interior,

encarregado de coordenar as políticas de integração nacional, ficando assim subordinadas a seu poder as ações das superintendências regionais.

Na década de 70, foi formulado o I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1974). Tendo seus objetivos baseados no PIN – Programa de Integração Nacional, as políticas territoriais de integração nacional do plano tinham como ênfase a expansão das fronteiras econômicas regionais, sendo elas: industrial, agro-industrial, agrícola, urbana, de povoamento ou de infraestrutura. Para isso, a estratégia colocava o Centro-Sul como centro econômico que buscava atingir as demais regiões.

O último plano editado no governo militar foi o II PNB (1975-1979). Neste, o crescimento econômico seria a meta fundamental. Para esse fim objetiva-se a intensificação da expansão das fronteiras dos território considerados “vazios”. Assim, em contraste com as políticas territoriais do PIN que enfatizavam a integração regional tomando como estratégia os projetos de colonização; agora a prioridade se deslocara aos grandes projetos capitalistas, financiados com capitais privados, nacionais e estrangeiros. Além disso, previa-se que os empreendimentos receberiam do Estado estímulos, tais como: incentivos fiscais, e principalmente de infraestrutura.

A economia de fronteira processada na Amazônia, desde os primeiros tempos de domínio europeu, desenvolve-se com base em uma estrutura de propriedade fundiária colonial deveras polarizada. Especialmente com os planos de desenvolvimento

econômico nos governos militares, houve uma contribuição sistemática e velada para que uma elite privilegiada aumentasse seu monopólio sobre a terra. Diante do

seu projeto de rápida estruturação e controle de tão extenso território, o Estado cria condições para a apropriação privada de terras devolutas por segmentos da sociedade que detêm o capital e a capacidade de organização. A partir de 1968, incentivos fiscais e créditos especiais a baixos juros são mecanismos seletivos que subsidiam a implantação dominante da empresa agropecuária vinculada a firmas nacionais e multinacionais. Mas o Estado também desenvolve programas de distribuição de terras em locais estratégicos, de modo a atender a interesses de grupos sociais diversos e a cooptar massas de população rural. BECKER (1990, p. 22-23)

Essa política do governo de ocupação veloz: via incentivos fiscais e créditos, assim como a formulação de estratégias para atrair um número cada vez maior de grupos sociais para a região, contribuiu sobremaneira no sentido de acirrar os conflitos ambientais na Amazônia – expressos pela demanda acelerada por recursos naturais (biodiversidade), e a luta pelo direito dos grupos humanos (sociodiversidade) permanecerem em suas localidades, preservando o meio ambiente. Esses conflitos ganharão proporções ainda maiores com a meta de crescimento econômico previsto no II PND, que seria alcançada com base no apoio do governo aos grandes projetos capitalistas.

A revolução tecnológica no campo da eletrônica e da comunicação, que se verifica a partir dos anos 1970, inaugura uma nova forma da sociedade produzir e organizar-se, com

base na informação e no conhecimento. Doravante, a acumulação capitalista passa a depender basicamente da alta tecnologia. Nesse processo, a economia global é reforçada pelas corporações multinacionais e organismos internacionais, para o que se combinam recursos e força de trabalho em nível planetário. Assim, a produção industrial é estendida aos países subdesenvolvidos.

Essa nova fase de produção capitalista exige agora um nível correspondente de controle territorial, assim também de organização espacial da produção. Os grandes projetos configuram o espaço geográfico no qual as exigências do capital corporativo e globalizado se concretizará.

É com a criação do Programa Grande Carajás (PGC), no fim dos anos 70, que se configura a estratégia do Estado, para a nova fase da fronteira, e da indústria de exploração mineral, em grande escala. Proposto pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – a maior exportadora mundial de ferro – e endossado pelo Estado, o “Carajazão” propõe-se a ser o maior projeto de desenvolvimento integrado do mundo. O Estado justificou sua intervenção pela importância de desenvolver um projeto de escala nacional que, explorando ordenada e sistematicamente as riquezas naturais da região, seria capaz de suprir o país com divisas para superar o período crítico decorrente da crise mundial, de modo a dar continuidade ao desenvolvimento regional e á eliminação das desigualdades regionais (CVRD, 1980). Decidida autoritariamente, essa iniciativa foi um instrumento de dependência financeira externa, mas foi também um instrumento de continuidade da modernização, ainda que dolorosa, e da manutenção, no novo cenário mundial, da posição do país ameaçada pelo poder crescente das corporações transnacionais. (BECKER 1990, p. 67)

Assentado em um vasto território (cerca de 800 000 a 900 000 km²), o PGC foi se estruturando a partir da implantação de novas redes; dentre elas podemos citar a de transporte: prevista para operar na interconexão hidrovias-ferrovia, não sendo até hoje completada a primeira fase que abrangeria a bacia Tocantins-Araguaia. Outra rede é a de energia hidroelétrica: tendo o município de Tucuruí oferecido o melhor trecho do rio Tocantins para a construção de uma usina, na qual foram gastos aproximadamente 5.000.000.000 de dólares. E a outra rede foi a de núcleos urbanos construídos para abrigar trabalhadores e sede de gerências, e outros. É claro que além dos núcleos urbanos do programa, outros foram surgindo no entorno para abrigar a mão-de-obra excedente ou não qualificada, como a cidade de Parauapebas (hoje município), por exemplo, instalada na parte inferior da Serra dos Carajás.

Na instalação e funcionamento dessas redes tanto a biodiversidade como a sociodiversidade tem sido sacrificadas. Com a formação do lago da usina de Tucuruí, por exemplo, houve uma grande perda de fauna e flora, além de danos ambientais causados ao baixo Tocantins pela decomposição de material orgânico submerso e liberado com a abertura das comportas; por outro lado, as populações tradicionais que habitavam a área do lago tiveram que ser deslocadas para outros lugares; e mais, ocorreu também uma superpopulação de insetos no entorno da hidrelétrica provocado pela eliminação do ecossistema natural.

Tanto na área de extração das minas como no trajeto da estrada de ferro que leva o minério até o porto de Itaqui no Maranhão a biodiversidade tem sido dizimada, bem como, tem sido registradas várias manifestações de tribos indígenas contra a Vale do Rio Doce. Por outro lado, o crescimento urbano desordenado na Amazônia demanda crescentes inversões de recursos em segurança, saneamento, saúde, educação, lazer, dentre outros. A necessidade dos governos estaduais investirem cada vez mais nas cidades acaba diminuindo a parte orçamentária que seria destinada às localidades, que concentram maior parte da sua população no campo.

Nos últimos anos, os conflitos resultantes da investida contra os recursos naturais e os espaços habitados por homens e mulheres da Amazônia tem se agravado. Conforme o Ipam - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, uma ONG com sede em Belém (PA), entre 2003 e 2004, cerca de 26 mil quilômetros da Floresta Amazônica foi a pique. Tal ritmo, segundo dados do Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, só foi maior em 1995. Nos últimos anos, entretanto, a média do desmatamento tem sido muito maior do que a registrada nos anos 1990.

Esse ritmo alucinante de devastação é corroborado pela pressão humana sobre o bioma Amazônia. Em 2002, aproximadamente 47% do bioma Amazônia estava sob pressão humana, segundo estudos do Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

Sendo que as áreas de pressão humana consolidada – incluindo desmatamento, centros urbanos e assentamentos de reforma agrária– cobriam 19% do bioma. As áreas de pressão humana incipiente, principalmente as zonas em torno de focos de incêndios em florestas (focos de calor identificados por satélite), cobriam 28% do bioma.” Além da grilagem de terras, que muito contribui para o desmatamento, só de estradas clandestinas, o Imazon estima que existam mais de 90 mil km na Amazônia. (BARRETO, 2005, p. 1)

A agressão progressiva à biodiversidade e à sociodiversidade da Amazônia criam impactos que transbordam os limites da região, podendo afetar o Brasil e o planeta. O relatório “Mudanças do Clima Mudanças de Vidas” – publicado em agosto/2006 pela ONG Greenpeace Brasil, é claro em afirmar que “O desmatamento e as queimadas na Amazônia aumentam a concentração de carbono na atmosfera e afetam o clima. A perda da floresta turbinha o aquecimento global, que, por sua vez, desregula ainda mais o sofisticado sistema natural amazônico, favorecendo novas queimadas, fenômenos climáticos extremos e a savanização da floresta.”

Diante do quadro de depauperação que a Amazônia hoje se encontra, pensar na preservação da biodiversidade e sociodiversidade para as gerações futuras, é atuar na modificação do modelo de desenvolvimento que aí está baseado na economia de fronteira. Na ótica da geógrafa Bertha Becker:

Para que se possa mudar esse padrão de desenvolvimento é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e seus atores, que estão na base dos conflitos, para tentar encontrar modos de compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a inclusão social. Enfim, não se trata de mero ambientalismo, muito menos de mais um momento destrutivo. (BECKER, 2005, p. 3)

E ainda,

É imperativo o uso não predatório das fabulosas riquezas naturais que a Amazônia contém e também do *saber* das suas populações tradicionais que possuem um secular conhecimento acumulado para lidar com o trópico úmido. Essa riqueza tem de ser melhor utilizada. Sustar esse padrão de economia de fronteira é um imperativo internacional, nacional e também regional. Já há na região resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos. Esse é um fato novo porque, até então, as forças exógenas ocupavam a região livremente, embora com sérios conflitos. (BECKER, 2005, p. 3)

Para a pesquisadora, é com o que restou de positivo do processo perverso de integração nacional – tanto para o ambiente quanto para a sociedade – que a região deve contar. Como uma das mudanças significativas na Amazônia destaca-se a conectividade regional. Não só com estradas, mas principalmente pelas redes de telecomunicações que permitiram as articulações na Amazônia – locais/ nacionais, bem como locais/ globais. A industrialização implantada com a Zona Franca de Manaus e a exploração mineral é também considerada como mudança importante, porque tirou a região

da exclusividade do extrativismo. Outra mudança ocorreu na localização do povoamento regional. Antes o espaço urbano se desenvolvia ao longo dos rios, e hoje se deslocou para as rodovias – 70% da população amazônica vivem no espaço urbano. A formação política do povo, resultante dos embates no processo de desenvolvimento predatório é também um indicador de mudança.

Os grandes conflitos de terras e de territórios das décadas de 1960 a 1980 constituíram um aprendizado político e, na década de 1990, transformaram-se em projetos alternativos, com base na organização da sociedade civil. É extremamente importante lembrar que hoje, essa sociedade tem voz ativa na Amazônia e no Brasil, inclusive muitos grupos indígenas. Essa organização da sociedade política trouxe, por sua vez, mudanças no apossamento do território, com a multiplicação de unidades de conservação federais e estaduais, assim como também com a demarcação de terras indígenas. (BECKER, 2005, p. 4-5)

Nessa esteira de mudanças inclui-se também o PPG7, “que foi elaborado em decorrência de uma demanda inicial de organizações não governamentais que solicitaram ação urgente em defesa das florestas amazônicas junto aos países do Grupo dos Sete – G7.” (BRASIL, 1997, p. 9). Com a sua implantação, a Amazônia ganha uma força internacional para dar apoio nas suas questões socioambientais.

Face a esse contexto, as transformações econômicas e institucionais são de fundamental importância. Enquanto as transformações econômicas podem criar novas oportunidades de trabalho e geração de renda para as populações mais

carentes, as mudanças institucionais têm por objetivo garantir um espaço de negociação e articulação dos membros desta camada da população entre si e entre eles e atores externos que afetam o desenvolvimento socioeconômico do território onde vivem. Em geral, o modo de vida dessas populações está ligado diretamente ao uso de um grande número de recursos naturais e a garantia de acesso continuado a esses recursos passa pelo estabelecimento de um sistema de governança ambiental efetivo.

O crescimento de problemas ambientais está associado à emergência de um novo tipo de ator – as Organizações Não Governamentais, no encaminhamento de soluções desses tipos de problema. O aumento do número dessas organizações pode ser visto como um reflexo do poder da sociedade civil no processo de tomada de decisão de políticas públicas.

5. PERCURSO HISTÓRICO DA ONG FASE

A ONG FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional foi fundada no Rio de Janeiro, 1961, pelo Pe. Leising, missionário da Ordem dos Oblatos de Maria Imaculada. Em seu começo, a FASE mantinha estreitos vínculos com a Caritas e recebia o patrocínio da Service – uma agência norte-americana para auxílio de projetos nos países pobres. De 1961 a 1963 o Pe. fundador da ONG, depois de já ter instalado escritórios no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Belém dedicou-se, através destes, a projetos de assistência social.

Porém, a FASE passou a tornar-se mais atuante e conhecida, através de uma campanha que tinha por objetivo adquirir meios de transportes motorizados para o clero, ocorrida em 1964. Esse fato contribuiu para que os párocos atingissem lugares cada vez mais distantes, os quais revelavam suas carências e demandas. Para tal, foram criados departamentos voltados ao Cooperativismo, Engenharia, Saúde, Agronomia e Sociologia em cada um dos escritórios. Assim, esta iniciativa embrionária fez com que os técnicos da ONG desenvolvessem

(...) práticas que refletiam uma preocupação com os problemas infraestruturais das áreas em que estavam trabalhando, convencidos dos limites das entidades do poder público em atender as demandas da população brasileira mais necessitada. Uma complementação aos recursos obtidos do exterior, foi conseguida através da instalação de um sistema de captação de contribuições individuais que permitiram a criação de um programa

de bolsas de estudo em escolas de primeiro grau, para crianças carentes.” (FASE, 2005, p. 1-2)

Entre os anos 1968 e 1973, a FASE voltou-se mais para os movimentos comunitários, apoiando-os com capacitação técnica de recursos humanos, utilizando em seus treinamentos um método fundamentado na “teoria dos 14 sistemas”. Esse procedimento era aplicado da seguinte maneira:

dividia a comunidade em 14 sistemas (saúde, família, segurança, religião, educação, etc) e previa a mobilização dos dirigentes (pároco, professores, juiz de direito, lideranças, pais, etc) para promover o desenvolvimento planejado de sua comunidade. Tendo uma perspectiva funcionalista o trabalho guardava no entanto, uma relação com o humanismo cristão que possibilitava a abertura de um espaço possível de atuação em um movimento particularmente repressivo da conjuntura nacional (FASE, 2005, p. 2)

Ao mesmo tempo em que a ONG se tornava mais conhecida por suas atuações, eram também solicitados mais escritórios. Foi assim que foram criados os de Santarém e Cametá no Pará, Garanhuns e Fortaleza no Ceará, São Luiz no Maranhão, Vitória no Espírito Santo, e Porto Alegre no Rio Grande do Sul.

Até 1973, o quadro técnico da FASE possuía influência predominante das práticas de Igreja. Mas, entre esse ano e 1978 a instituição atraiu técnicos com nível acadêmico e postura profissional. “Foram estabelecidos mecanismos de avaliação e no embate entre uma vertente e outra, construiu-se uma influência mútua salutar.”

Face à conjuntura política brasileira iniciada nos idos de 1978, a FASE teve a necessidade de assumir tarefas novas

no âmbito da educação popular, passando a consagrar sua energia à assessoria e apoio à criação, mobilização e organização de entidades populares nos níveis local, regional e nacional. Percebeu-se então a importância de fundamentar melhor o trabalho e foram criados grupos de pesquisa para levantar a história dos movimentos sociais do campo e da cidade e oferecer subsídios para uma compreensão mais consistente das estruturas sócio-econômicas que produzem as diferenças e o ‘apartheid’ social no Brasil”. É dentro dessa etapa que a FASE se define como uma instituição ou entidade que prioriza a educação popular dedicando-se à assessoria sindical, a assessoria aos movimentos sociais urbanos e rurais, ao apoio jurídico aos grupos que assessoram, às questões teóricas e práticas da comunicação popular envolvendo a produção de materiais pedagógicos como cadernos e cartilhas, vídeos e slides (FASE, 2005, p. 2-3).

No que refere a “**Missão: Objetivo Permanente**” a FASE visa

A construção de uma sociedade democrática por meio de uma alternativa de desenvolvimento sustentável que contemple a justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a ampliação da cidadania. Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na democracia, na justiça social em um desenvolvimento sustentável e na ampliação da esfera pública. Apoia, com visão e atuação própria, a construção, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento, por meio de ações educativas e de projetos demonstrativos (FASEM, 2005, p. 3)

Os apoiadores financeiros da FASE eram no momento da pesquisa: Desenvolvimento e Paz; EED – Evangelischer

Entwicklungsdienste. V; Fastenopfer- Ação Quaresmal Suíça, ICCO; NOVIB; OXFAM; Misereor; Pão para o mundo- Brotfur die Welt; ChristianAid; CCFD - Comité Catholique contrela Faim et pour le Développement; Conservação Internacional; AIN; FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos; Fundação Ford; Fundo Nacional do Meio Ambiente; Heinrich BöllStiftung; IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; Intermom, KFW (Banco alemão de fomento); Ministério do Trabalho e Emprego; NCA; SOLIDARIEDAD; Onze Onze; Rosa Luxemburgo; SwedishSociety for NatureConservation - SSNC; WWF; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Meio Ambiente.

A FASE tem atuação no âmbito estadual, municipal e nacional. As regiões que atuava no momento da pesquisa que originou este livro eram: Norte; Nordeste; Centro-Oeste e Sudeste. A faixa orçamentária da ONG é de mais de R\$ 5.000.000,00. Suas fontes de recursos compreendiam: “Agências internacionais de cooperação (89,48%); Comercialização de produtos e venda de serviços (0,28%); Órgãos governamentais estaduais (3,64%); Órgãos governamentais municipais (0,09%); Outras fontes de financiamento (6,51%).” Eram beneficiários naquela época: Crianças e adolescentes; Organizações populares/movimentos sociais; Trabalhadores e sindicatos rurais. As áreas temáticas de atuação eram: Questões agrárias; Trabalho e renda; Questões urbanas.

5.1. O Município de Gurupá

Em se tratando do processo econômico, social e político da história de Gurupá, pode-se afirmar que há uma coincidência com a história da colonização da Amazônia. Além das disputas entre europeus pelo domínio territorial de Gurupá, a localização da cidade serviu também como entreposto para a comercialização de escravos e drogas do sertão. O município vivenciou tanto os tempos áureos da economia da borracha, quanto a sua decadência. De algumas décadas para cá tem também sofrido transformações que refletem o paradigma da economia de fronteira que atinge a região amazônica.

Gurupá remonta as contendas que os portugueses tiveram para expulsar os estrangeiros estabelecidos no baixo-amazonas. Os primeiros “civilizados” a dominar o município foram os holandeses. Para isso, ergueram onde atualmente é a cidade o forte de Mariocaí. Este foi arrasado pelos portugueses, e, em seu lugar, foi edificado um outro forte (1623) o qual passou a se chamar Santo Antônio de Gurupá. Depois disso, ocorreram outras investidas contra o espaço militar conquistado pelos lusitanos, mas, sempre sem êxito. A figura 1 mostra o rio Amazonas e parte da orla da cidade de Gurupá (à direita), onde se situa a paisagem remanescente do antigo forte.



Figura 1: Rio Amazonas e parte da orla da cidade de Gurupá.

Fonte: Antônio de Pádua Brasil (2006)

Em 1639 Gurupá obteve o status de Vila. E, em 11 de novembro de 1885 (lei n° 1.209), foi elevado à categoria de cidade. O território de Gurupá já foi maior. Em 1930 foram incluídas no município as terras de Porto de Mós; porém, estas foram desanexadas posteriormente. No presente, o município conta com três distritos: Gurupá, Carrazedo e Itatupã. A figura 2 indica a localização do município de Gurupá em relação ao Brasil.

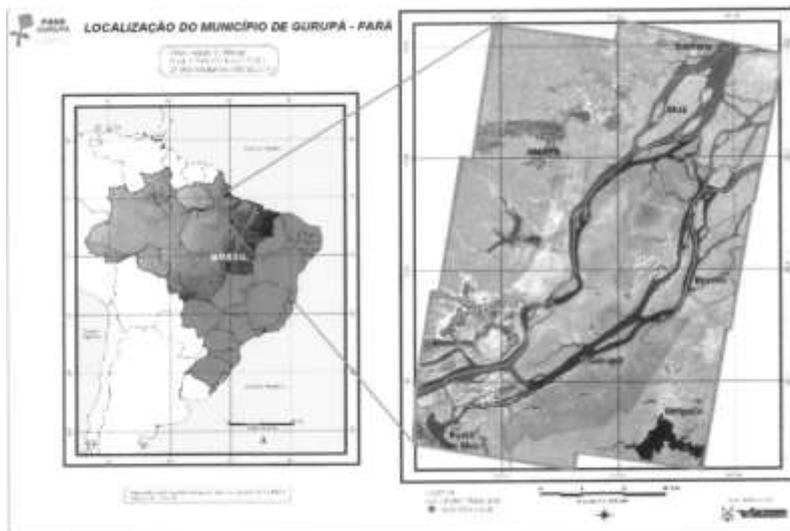


Figura 2: Mapa do Município de Gurupá, indicando sua localização em relação ao Brasil.

Fonte: FASE (*apud* BARROSO, 2006)

De 1880 a 1912, Gurupá prosperou tanto em função da sua posição estratégica no vale do rio Amazonas (como entreposto comercial) quanto pela valorização da economia da borracha no mercado internacional. Vários edifícios situados na rua próxima à orla da cidade são testemunhos da prosperidade econômica do município. Na figura 3 vemos um antigo edifício ocupado atualmente pelo poder executivo municipal.



Figura 3: Sede do Poder Executivo Municipal de Gurupá.

Fonte: Antônio de Pádua Brasil (2006)

Conforme (WAGLEY *apud* BARROSO, 2006, p. 172), o período compreendido entre os anos 1912 e 1942 foram amargos para Gurupá e a maioria das localidades situadas no vale do Amazonas. Numerosas famílias deixaram o município; comerciantes fecharam suas lojas; a população das comunidades rurais foi obrigada a deixar a coleta de borracha para se dedicar à agricultura de subsistência; por outro lado, a população da cidade reduziu-se abruptamente – por volta de 1920, viviam na cidade somente três centenas de pessoas.

De 1950 a 1970, quando a população do Estado do Pará chegou a ter aumento da ordem de 92%, o município de Gurupá obteve aumento de apenas 12%. Isso teve como motivo a desvalorização da principal economia do município (a borracha), e, por outro lado, a uma atração população proporcionada pelos programas do governo militar com pouca

repercussão em Gurupá. Foi nesse último período que teve início o processo de extração madeireira, assim como a pesca para fins comerciais. Isto conduziu a uma concentração mais elevada da terra devido a chegada de empresas madeireiras.

Gurupá figura entre os 143 municípios do Estado do Pará. Está localizado na Mesorregião do Marajó e Microrregião de Portel. A sede do município – cidade de Gurupá – está a 353 quilômetros em linha reta (aproximadamente 500 quilômetros em viagem de barco) distante de Belém, é banhada por uma baía, que também recebe o nome do município, formada pelo rio Amazonas. Seu clima é tropical chuvoso tipo A. Possui uma área de 8.540 Km². A população do município foi estimada para 2005, segundo amostra do censo demográfico 2000 do IBGE, em 25.685 habitantes. Destes, aproximadamente 70% vivem na zona rural, e o restante no espaço urbano. A figura 4 trás a imagem da frente da cidade de Gurupá.



Figura 4: Vista da frente da cidade de Gurupá.

Fonte: Félix Paixão (2006)

Os ecossistemas predominantes no município são o de várzea e o de terra firme. Com relação ao regime das águas, o primeiro possui uma área maior que é inundada diariamente em função das marés oceânicas; uma outra área menor, somente inunda com a elevação do volume do rio, resultante das fortes chuvas que se precipitam entre os meses de janeiro e junho. Quando as chuvas diminuem nesta última área menor de várzea, plantam-se milho, feijão e arroz mais para a subsistência.

No que consiste à atividade econômica predominante no município, destacam-se o extrativismo (a exemplo da madeira, açaí, palmito); a pesca; assim como a agricultura rotativa para suprimento familiar. A pecuária apresentou os números seguintes para 2003: bovinos - efetivo dos rebanhos 3.280; suínos 3.895; bubalinos 4.310; além de galinhas 3.180 cabeças. Já o Produto Interno Bruto em 2000-2001 ficou na ordem de 22.863 mil reais. (fonte IBGE).

Ao traçar um panorama da economia e das condições de vida dos ribeirinhos de Gurupá, Barroso (2006) infere que:

No campo ou no interior circunvizinho a economia gira em torno do cultivo, da pesca, e da extração de produtos da floresta para subsistência. Os povos vivem em pequenos povoados dispersos composto de dez a vinte famílias, ou nas vizinhanças que consistem em propriedades isoladas ao longo dos rios e dos córregos. As residências compreendem cabanas de madeiras ásperas com assoalhos e tetos cobertos de telha ou palha. Faltam geralmente eletricidade e encanamento, embora algumas comunidades possuam gerador de luz

usados somente em ocasiões especiais, tais como: reuniões e festividades locais.

Os indicadores da economia de Gurupá colocam o município entre aqueles com poucos recursos para a prestação dos serviços básicos à população: saúde, educação, energia, segurança pública, dentre outros. Por outro lado, o fato da maior parte da população habitarem de forma dispersa o ecossistema de várzea, encarece os deslocamentos e a fixação de agentes do governo no espaço rural. Como se isso não bastasse, a população ainda tem de lutar contra a ameaça de famílias tradicionais e empresas pela disputa do território onde desde muito sobrevivem do que a natureza produz.

Essa questão configura todas as características do que até aqui já se discutiu sobre a dinâmica dos processos que envolvem: sociedade civil, ambientalismo, governança, ONG e a formação territorial da Amazônia. Porém, como veremos mais adiante, o próprio povo da floresta tem procurado conquistar sua cidadania no sentido de participar do seu destino e da região amazônica como um todo. Assim, para toda e qualquer atitude por parte do governo, de empresas e mesmo da sociedade que coloque em risco o equilíbrio da floresta a população tem buscado parceria com entidades que possa os representar e garantir-lhe participação na governança ambiental da Amazônia.

5.2. Instalação da FASE em Gurupá

Antes de se estabelecer em Gurupá a FASE já atuava no município, desde a década de 1970, com trabalho de grupo e conscientização. Na década de 1980, ela apoiou os trabalhadores de Gurupá na conquista do sindicato rural, além de ajudar-lhes na formulação e implementação de alguns projetos. Exemplo disso é o “projeto bem-te-vi” que apoiava agricultores e pescadores, através de casa de farinha, rede de pesca e outros com auxílio de instituições internacionais. Esse processo teve maior evolução a partir de um diagnóstico elaborado pela própria população ribeirinha, que levava em consideração a vocação ambiental do município, buscando-se, assim, um manejo de exploração que não fosse predatório. Motivada por esse primeiro diagnóstico comunitário, a FASE fez um outro maior e mais sistemático. Foram feitos 14 estudos específicos tendo como foco: agricultura, piscicultura, educação, saúde, por exemplo. Nesse estudo foram identificadas as principais demandas. Os resultados do trabalho serviu para que surgisse um projeto denominado de “Projeto de Desenvolvimento Local Municipal. Sendo que o seu principal objetivo seria de atuar na exploração racional dos recursos naturais tanto da floresta quanto da água.

O problema histórico da concentração de terras nas mãos de poucas pessoas em Gurupá contribuiu de certa forma, para que as comunidades ribeirinhas reagissem e se organizassem para

lutar pelos seus direitos, bem antes que a FASE se instalasse no município.

Até a década de 1980, as terras de Gurupá pertenciam a cerca de 10 grandes proprietários. Isso aconteceu por duas formas: uma impingida pelos portugueses através do sistema de capitanias hereditárias e sesmarias; e uma outra, mais recente, resultante do colapso da borracha. Neste último caso o processo era o seguinte: os seringueiros da região contraíam dívidas pelo sistema de aviamento¹, e, não conseguindo saldá-las junto ao financiador (patrão) entregavam-lhes como forma de pagamento estradas de borracha². O acúmulo dessas transações fez com que poucos patrões, poucas famílias, passassem a ser donas de latifúndios.

A luta contra os latifundiários pelo direito a terra para viver foi a luta dos trabalhadores, apoiados por outros atores locais, pela condução do sindicato rural (desde a década de 1970 nas mãos dos patrões), só conquistado em 1987; assim como uma história de aprendizado de organização das populações ribeirinhas. Entre 1986 e 1987, a FASE contribuiu para a causa dos trabalhadores rurais através de assessoria política. Todavia, o que teria levado a FASE se instalar em Gurupá, foi, além do Projeto de Desenvolvimento Local, já citado, a

¹ O sistema de aviamento que mantinha os seringueiros numa espécie de semi-escravidão, consistia em crédito dado pelos patrões tanto para o fornecimento dos alimentos e de outros bens necessários à sobrevivência na floresta, como também para o comércio do látex.

² Conforme o dicionário Aurélio, consiste em um grupo de 100 a 150 seringueiras que um homem entalha por dia.

conclusão de que ele só poderia sair do papel se fosse enfrentada uma outra batalha: a legalização das terras em nome das comunidades locais.

Sem as capacidades acumuladas da FASE no setor jurídico, agrimensura, mapeamento, e outros, seria quase impossível para o sindicato e os trabalhadores por ele representados pensar em qualquer ação referente a direito fundiário. Ainda mais que o maior enfrentamento na justiça seria contra uma empresa madeireira multinacional norte-americana – BRUMASA que havia comprado em 1966 uma grande área de terra no município. Assim, para apoiar mais de perto essa tarefa e a execução de outros projetos, principalmente em parceria com o sindicato rural, a FASE se instala em Gurupá na segunda metade dos anos 1990. A figura 5 mostra o escritório da FASE na cidade de Gurupá, em processo de desativação.



Figura 5:Escritório da FASE na cidade de Gurupá.

Fonte: Antônio de Pádua Brasil (2006)

Como estratégia para revelar a realidade fundiária em questão, a FASE atuou junto com o Governo do Estado do Pará e a FETAGRI. Os dados levantados indicaram que os documentos da madeireira não tinham valor legal, não eram confiáveis: não possuíam cadeia dominial, eram registrados indevidamente no cartório. Esse resultado servia também para demonstrar a situação legal de outros latifúndios não só no município, mas no Pará como um todo. Diante desse fato, muitas famílias ribeirinhas passaram, com assessoria da FASE, a tornarem-se proprietárias legais das terras que ocupavam.

Durante a referida contenda jurídica contra a multinacional, questões como: preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, gestão de recursos naturais e outras vinculadas à temática ambiental não eram colocadas em pauta. Todos os esforços se dirigiam para a disputa fundiária. É só depois da decisão jurídica (possibilitando aos antigos ocupantes da floresta a legalização da terra em seu favor) que a questão ambiental tornou-se prioridade. Assim, os beneficiados com a sentença perceberam que as áreas que precisavam titular não só eram candidatas potenciais aos recursos disponibilizados pelo PPG7, FNO e outros, por exemplo, como a prática desses convênios lhes asseguraria o domínio da área contra possíveis invasores.

No caso do PPG7, o interesse da FASE em assessorar várias comunidades de Gurupá nesse programa teve motivação na sua própria versão.

A primeira versão deste programa, bastante complexo, incorporava três grandes subprogramas de Política de Recursos Naturais, Manejo de Recursos Naturais e Unidades de Conservação e Ciência e Tecnologia, com vários projetos, chamados estruturais, e um subprograma demonstrativo. Os subprogramas estruturais, dirigidos a apoiar as instituições governamentais na efetividade de suas ações, e os projetos demonstrativos ancoravam-se na ideia central de testar modelos sustentáveis baseados em experiências já existentes, e envolviam comunidades e organizações não-governamentais para sua viabilização. (BRASIL, 1997, p. 10)

O que irá credenciar a FASE como proponente de um Projeto Demonstrativo para Gurupá são suas atuações passadas no que refere a assessoria para uma maior qualificação dos trabalhadores rurais e suas comunidades. Nesse sentido, pode-se destacar o financiamento conseguido em 1996 para 174 projetos de famílias produtoras, organizadas em 11 associações junto ao PRORURAL (FNO – Fundo Constitucional do Norte).

Ainda no âmbito do Programa Piloto para as Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, a FASE apoiou a execução do Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – PROVÁRZEA em Gurupá. Dentro do componente “Iniciativas Promissoras” deste Projeto, o IBAMA indica que a ONG foi proponente de um Subprojeto Demonstrativo denominado de: “Manejo Florestal e de Pesca em Gurupá – PA”.

Na parte referente ao objetivo desse subprojeto, é dito que:

O subprojeto “Manejo Comunitário dos Recursos Florestais e de Pesca em áreas de várzea do município de Gurupá, Pará”, proposto pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase Gurupá),

tem duração prevista de 48 meses, com início no ano de 2002. A Fase Gurupá vem atuando junto às populações ribeirinhas, com um projeto demonstrativo de desenvolvimento local que propõe melhorias na área social e econômica destas populações e ainda promover a gestão ambiental de suas riquezas. Para isto, a Fase Gurupá junto às comunidades da região, vem propor o manejo comunitário dos recursos florestais, incluindo madeira, frutos e óleos florestais, e o manejo de camarão de forma sustentável do ponto de vista econômico, ecológico e social. (IBAMA, 2007, p. 1)

A duração máxima do subprojeto foi prevista para 24 meses, sendo R\$ 531.726,00 (Quinhentos e trinta e um mil, setecentos e vinte e seis reais) o valor dos recursos requisitados. Naquela época foram de R\$ 302.293,00 (Trezentos e dois mil, 293 reais) é referente à contrapartida do subprojeto, constando como fontes deste recurso a ICCO e o PROMANEJO.

Sobre outros financiamentos recebidos pelo proponente e sua fonte consta no subprojeto que

O Projeto Demonstrativo Gurupá constitui-se como um projeto específico no Programa Regional Amazônia, com o objetivo de garantir com que os recursos naturais sejam explorados de forma sustentável pelas comunidades locais do município de Gurupá. Iniciado em 1997, o Projeto Demonstrativo Gurupá vem recebendo financiamento da Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), agência dos Países Baixos. No ano de 1999, o projeto trabalhou também com recursos de um pequeno projeto (US\$ 20,000), com o objetivo de formar e capacitar quinze agentes de gestão institucional e comercial de organizações associativas, financiado pelo PDA/PPG7. Atualmente, a FASE conta com o apoio do PROMANEJO, contrato recém estabelecido. (IBAMA, 2007, p. 1)

Um outro subprojeto que consta no site do IBAMA como iniciativa promissora no município de Gurupá é intitulado de: “Manejo Florestal e de Pesca na Ilha de Santa Barbara – PA”. Assessorado pela FASE, o mesmo tem como proponente a Associação dos Trabalhadores Rurais da Ilha de Santa Bárbara - ATRISB. O foco principal deste subprojeto é a utilização de forma sustentável de produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Assim, argumenta-se que:

A capacitação dos comunitários e o desenvolvimento local das ações voltadas para a floresta são necessárias, principalmente no processamento e beneficiamento dos produtos obtidos. A formação de monitores para disseminar as práticas sustentáveis de gestão de serrarias e de produtos não madeireiros é fundamental para que outras comunidades vizinhas possam estar integradas no processo de uso racional dos recursos naturais. Tais intercâmbios também poderão ser estendidos a outras regiões através dos congressos e encontros, trocando experiências sobre o manejo florestal e sua gestão. A implantação de uma reserva comunitária para manejo florestal de jupati (*Rapheataedigera*) - palmeira cujas folhas são utilizadas na confecção de apetrechos de pesca como o matapi, a armadilha de captura de camarão - é um componente fundamental do plano de manejo de uso múltiplo da floresta a ser alcançado. Juntamente com a obtenção de óleo de sementes, como andiroba (*Carapaguianensis*) e pracaxi (*Pentaclethramacroloba*) e utilizando como vantagem o grau de organização das mulheres da localidade e valorizando o conhecimento popular amazônico, iniciará uma alternativa efetiva de renda no uso desses produtos florestais.. (IBAMA, 2007, p. 1)

Por último, consta como iniciativa promissora em Gurupá, o subprojeto: “Manejo Florestal Madeireiro do Distrito de Itatupã – PA”. Tendo também como assessora a FASE, e sendo proponente a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Distrito do Itatupã– ATAEDI. Sobre o objetivo deste subprojeto diz-se o seguinte:

As florestas de várzea possuem grande potencialidade madeireira, apesar da menor diversidade de espécies comerciais quando comparada às florestas de terra-firme. Do total de espécies extraídas na Amazônia, 30 espécies (10%) são exclusivas de várzea. Nas áreas de várzea predominam espécies de madeira branca e de grande valor econômico como a virola (*Virola surinamensis*), o pau-mulato (*Calycophyllumspruceanum*), a sumaúma (*Ceiba pentandra*), a andiroba (*Carapaguianensis*) e a macacaúba (*Platymisciumfilipes*), além da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e dos açazais (*Euterpe oleraceae*). No entanto, por serem áreas ecologicamente frágeis são recomendadas ações de conservação e manejo de baixa intensidade. Diante do exposto a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Distrito de Itatupã (Ataedi) vem, em conjunto com o ProVárzea/Ibama, fortalecer-se como entidade representativa dos pequenos extratores de madeira de várzea, buscando capacitar e treinar as comunidades envolvidas para o cumprimento das atividades de manejo florestal comunitário madeireiro, regularizando as famílias trabalhadas perante o Ibama quanto às atividades de exploração florestal madeireira, garantindo a comercialização e novos mercados consumidores da madeira de várzea legalizada obtida e buscando a certificação florestal para sua região.(IBAMA, 2007, p. 1)

Por meio do componente iniciativa promissora, o IBAMA destaca resultados importantes como: o fortalecimento das

organizações de base, favorecendo cada vez mais as articulações e o desenvolvimento dessas entidades; consolidação do manejo de pesca pela ação comunitária e o crescente envolvimento dos ribeirinhos nos movimentos sociais de preservação e de desenvolvimento sustentável; o fomento à questão de gênero proporcionando o crescente empoderamento das mulheres nos movimentos sociais e ambientais e o avanço na formação e capacitação de lideranças; além do fortalecimento de alternativas sustentáveis de renda para as populações ribeirinhas.

Praticamente todos esses resultados acima referidos vem sendo alcançados pela FASE em Gurupá, sendo ela proponente ou assessora nos subprojetos demonstrativos.

5.3. O que dizem os atores locais

Os dados colhidos tanto nas entrevistas quanto nos questionários estão dispostos em forma de quadros comparativos. As perguntas das entrevistas efetuadas estão ordenadas em números de **1** a **10**, e as respectivas respostas dos principais atores estão dispostos ao lado. Quanto aos questionários, as perguntas encontram-se ordenadas em números, porém, elas vão de **1** a **5**, sendo as letras – **a, b, c, d, e, f, g, h, i** e **j** – os símbolos que indicam as respostas. Abaixo apresentamos o quadro das entrevistas para em seguida ser procedida à análise.

TABELA 1 – QUADRO COMPARATIVO DAS ENTREVISTAS

Perguntas	Respostas				
	<i>Representante da FASE</i>	<i>Representante do Sindicato</i>	<i>Prefeito</i>	<i>Padre</i>	<i>Secretário de Educação</i>
1. – Ano em que começaram as ações da FASE em Gurupá	Entre os anos 1986 e 1987	A FASE iniciou em Gurupá o trabalho na década de 90, já pegando o ano 2000	ela começou em 1996 já com os primeiros trabalhos de discussões, e em 97 ela se instalou aqui	já no tempo dos anos 1972, ela começou com trabalhos de grupo, conscientização, aqui em Gurupá	anos de 97 ou 98
2. – Que identidade poderia ser atribuída à FASE: trabalho com movimentos sociais ou assessoria?	Ela se confunde nas duas coisas, porque ela é uma entidade de assessoria que trabalha com movimentos sociais.	ela faz as duas coisas: assessora tanto os movimentos sociais quanto os ribeirinhos especificament e a cada um deles, às famílias, suas propriedades, seu local de trabalho.	ela faz as duas coisas, mas para mim, 70% do trabalho da FASE aqui é organizar o movimento social, então é organizar o povo	A função dela é a educação. Prestar uma educação fundamentada no dever, para o povo fazer. Pode ser que haja um momento de acessória também.	Acho que atuou nos dois lados. Mas foi muito também na questão da assessoria
3. – A atuação da FASE na implantação do PROVARZEA em Gurupá se restringe à	são também as duas coisas, quer dizer todo o nosso trabalho é	os dois aspectos estão relacionados, e ela tem atuação	nesse projeto do PROVARZEA ela acompanha os dois processos (...)além dela	Nas comunidades de várzeas, em conversas procuram-se sempre relembrar	a parte da cidadania está muito ligada aqui pra nós no que afeta a formação política do

consultoria, ou cabem a ela questões que envolvem a promoção de cidadania?	voltado pra promoção da cidadania.	nos dois sentidos	fazer acessória ela dá a capacitação; então para mim é um programa que fecha tudo	esse papel que deveriam ter as entidades que prestam serviços e perceber da consciência que eles têm do projeto que estão envolvidos. Quando a gente percebe que não tem clareza, por que é uma coisa empurrada.	cidadão, a FASE se somou ao processo que já tinha aqui: o sindicato, o movimento sindical, as comunidades eclesiais de base...
4. – O trabalho da FASE em Gurupá, através do PROVARZEA, levou a um fortalecimento da organização das comunidades?	Elas estão perfeitamente capacitadas a promover o desenvolvimento, a fazer as suas reivindicações.	o apoio do PROVARZEA junto com a FASE, com certeza fez crescer o trabalho das comunidades no sentido ambiental, no desenvolvimento econômico produtivo, no incentivo.	foi importante esse trabalho, porque hoje as famílias que participaram do PROVARZEA, hoje elas estão com capacidade de gestão	Eu acho que a comunidade tem uma contribuição em levar adiante sua caminhada. Agora, se as coisas continuarem com eles pode atrapalhar eles. Mas isso aqui é todo um trabalho de comunidade	eu creio que isso é importante pras comunidades, na verdade é uma espécie de um suporte, o nosso povo ainda precisa seja da FASE, seja de outra entidade
5. – A atuação da FASE em Gurupá leva em	Nós trabalhamos com o espaço	80% estão voltadas para o	Na área do urbano ela foi menos um pouco, ela	Mais rural	A atuação da FASE tem se dado

conta só o espaço rural ou só o urbano, ou o município em sua totalidade?	rural, a nossa atuação no urbano se deu ultimamente através da implantação da escola de processamento de madeira.	espaço rural, também pelo processo: as questões fundiárias, os conflitos maiores estão na zona rural.	atingiu mais o interior.		basicamente na zona rural
6. – Ao longo da atuação da FASE em Gurupá, quais atores locais têm sido seus parceiros?	O nosso principal parceiro sempre foi o sindicato	O sindicato é um dos parceiros fundamentais, a prefeitura também tem se colocado do lado da FASE junto com as associações.	A prefeitura, o sindicato dos trabalhadores rurais, a Casa Familiar Rural.	Não opina	O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal, Casa Familiar Rural.
7. – Como a FASE informa o resultado das suas ações?	Existe uma rádio comunitária (...) e existe também um sistema de rádio amador que une dezesseis comunidades. A FASE faz parte de vários conselhos	Através de relatórios, participação nas discussões no processo fundiário.	É feita mais com informativo (...) eles faziam um programa através da rádio, que colocava também pros ouvintes dessa realidade, e também pela internet.	Uma vez até saiu um jornalzinho que era uma publicação mais para informar, não tinham algumas informações quando não se tentasse a sede, pode-se acessar a internet, mas quem não tem a internet?...	Existe inclusive um programa informativo numa rádio comunitária, escritos, informativos, jornais...

	municipais onde as coisas são passadas.				
8. – A execução do PROVARZEA em Gurupá precisa de ajustes? Quais? Precisa ser descentralizada?	Eu acho que um dos ajustes que nós precisamos fazer em Gurupá é com a questão da capacitação de monitores comunitários.	Se fosse mais participativa junto à comunidade seria mais fácil até mesmo pelo aprendizado dos ribeirinhos	Podia ser mais descentralizado, (...) se tu tens trinta famílias que é da comunidade, não são todos que participam das discussões.	Como deveria ser, qual é a proposta.	Precisa de uma orientação que some os conhecimentos dos técnicos de fora com a experiência dos ribeirinhos.
9. – A FASE/Gurupá utiliza a educação como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável local?	O nosso viés educativo é através da pedagogia da alternância, através dessa escola, dessa casa familiar rural.	Sem dúvida, a FASE tem desenvolvido um processo educacional muito forte em Gurupá principalmente em nível ambiental.	Principalmente a ambiental (...) a maioria das comunidades hoje já trabalham com essa discussão.	Acho que ela colabora com alguma iniciativa, educação, casa da família rural, onde tem os projetos com essa mentalidade.	É um processo de educação informal que visa a formação da consciência do cidadão, através das reuniões, dos seminários, enfim, das palestras de orientação.
10. – Na atuação da FASE em Gurupá, quais os pontos positivos e negativos a serem elencados.?	O principal ponto positivo é essa questão do empoderamento das comunidades para serem protagonistas do	Os pontos positivos são: educação, o incentivo à produção, a educação com relação ao uso	Positivo: a legalização fundiária, planos de manejo, PROVARZEA, trabalho na área de pesca com camarão. Ponto negativo foi a FASE não ter feito essa discussão	Contribuiu pras coisas, orientações no interior, viabilização de organização fundiária, meios também de produção	Positivo: tem uma comunidade aqui em Gurupá que ela recebeu um prêmio em termos de Brasil por uma experiência de um projeto de

	<p>próprio desenvolvimento, acho que isso é tranquilo. O ponto de vista negativo (...) o principal é a nossa deficiência na área econômica (...) venda dos produtos, a qualidade dos produtos...</p>	<p>de recursos naturais, a questão ambiental. O ponto negativo é que a FASE Gurupá está retirando todo apoio logístico, técnico que a gente tinha no município de Gurupá, está saindo, e aí o problema é que a FASE talvez não tenha repassado esses conhecimentos pros trabalhadores.</p>	<p>também na área urbana (...) a população que mora aqui visam muito emprego, e tudo é pela prefeitura.</p>	<p>de materiais.</p>	<p>criação de camarão. Negativo: em algumas comunidades se criou uma expectativa além da realidade que seria possível.</p>
--	--	--	---	----------------------	--

TABELA 2 – QUADRO COMPARATIVO DOS QUESTIONÁRIOS

Perguntas	Respostas				
	<i>a</i>	<i>b</i>	<i>c</i>	<i>d</i>	<i>e</i>
<p>1. – Você conhece alguma localidade no município de Gurupá, em que a ONG FASE apoiou a execução do PROVÁRZEA? Se sim, comente o que mudou na vida da população.</p>	<p>O fortalecimento e organização das famílias em movimentos sociais de base, capacitação em gestão administrativa com pequenos projetos desenvolvidos pelas comunidades.</p>	<p>Ilha de Santa Bárbara, Ilha das Cinzas, São João do Jaburu e áreas dos remanescentes dos quilombos. A mudança que houve é notória na parte de consciência com relação ao uso dos recursos naturais, além de inovações no processo produtivo</p>	<p>Sim. Itatupã e Ilha das Cinzas. Trouxeram uma maior responsabilidade para as associações e comunidades, na gestão dos recursos naturais e financeiros.</p>	<p>Sim. Ilha das Cinzas. Desenvolveu um projeto de manejo de camarão de água doce, onde o mesmo aumentou a produção de camarão, bem como a renda das famílias.</p>	<p>Sim. Ilha das Cinzas. Com o projeto de manejo de camarão os mesmos ficaram maiores, bem como a situação econômica melhorou, criaram uma vila e com isso outros projetos foram conquistados.</p>
<p>2. – Nas assessorias prestadas pela FASE às comunidades de Gurupá, quem você considera que foi o ator principal: FASE ou Comunidades?</p>	<p>As duas são atoras principais, os trabalhos são desenvolvidos juntos.</p>	<p>Comunidades. Além das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, os movimentos populares como sindicato e partido político participaram no processo de discussão para posteriormente a FASE contribuir</p>	<p>A FASE e as comunidades.</p>	<p>Comunidades.</p>	<p>Comunidades.</p>

		com sua assessoria.			
3. – Com a saída da FASE de Gurupá, as comunidades por ela assessoradas estão capacitadas para tocarem sozinhas projetos relacionados a desenvolvimento sustentável?	Sim. Em Gurupá já existem comunidades que estão desenvolvendo projetos no município, e mostrando que estão preparadas para caminhar com as próprias pernas.	Sim. Ao longo do processo de organização social muito se aprendeu e muito se construiu, portanto, temos hoje várias associações desenvolvendo atividades importantes para o desenvolvimento sustentável.	Seria melhor que a FASE continuasse, mas acredito que algumas comunidades já se encontram capacitadas para gerirem os projetos.	Sim. Existem várias associações no município que foram assessoradas pela FASE, com isso muitas pessoas das comunidades foram capacitadas para trabalharem nas organizações.	Sim. Com o conhecimento e a experiência que eles têm, creio que ajude não somente uma comunidade mas várias, pois na medida que uma seja beneficiada as demais também são. Mas mesmo assim, futuramente precisarão de acompanhamento.
4. – De que maneira a FASE comunica os resultados alcançados pelas suas assessorias, aos projetos que envolvem as comunidades ribeirinhas de Gurupá?	Internet, fóruns, rádio comunitária e cartilhas.	Fóruns, rádio comunitária e cartilhas.	Internet, fóruns, rádio comunitária e cartilhas.	Rádio comunitária e cartilhas.	Cartilhas.

<p>5. – A assessoria da FASE em projetos de manejo de recursos naturais (a exemplo do PROVÁRZEA) às comunidades ribeirinhas de Gurupá contribuiu para que as mesmas melhorassem suas condições de renda?</p>	<p>Sim.</p>	<p>Sim.</p>	<p>Sim.</p>	<p>Sim.</p>	<p>Sim.</p>
--	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

TABELA 2 – QUADRO COMPARATIVO DOS QUESTIONÁRIOS

Perguntas	Respostas				
	<i>f</i>	<i>g</i>	<i>h</i>	<i>i</i>	<i>j</i>
1. – Você conhece alguma localidade no município de Gurupá, em que a ONG FASE apoiou a execução do PROVÁRZEA? Se sim, comente o que mudou na vida da população.	Sim. Ilha das Cinzas. Desenvolvimento de um projeto de camarão na calha do rio Amazonas que proporcionou o aumento da renda das famílias.	Comunidades: São Raimundo do Gurupá, Santa Maria, Nossa Sra. De Nazaré, Nossa Sra. Do Livramento, Stº Antônio (Uruai), S. Francisco (Murupucu). Através dos projetos a população se conscientizou a preservar mais a natureza.	Sim. Ilha das Cinzas, Rio Jocojó.	Sim. Ilha de Santa Bárbara e Ilha do Gurupaí.	Ilha de Santa Bárbara.

<p>2. – Nas assessorias prestadas pela FASE às comunidades de Gurupá, quem você considera que foi o ator principal: FASE ou Comunidades?</p>	<p>Comunidades.</p>	<p>FASE</p>	<p>Comunidades.</p>	<p>Na minha opinião a FASE contribuiu com a comunidade oferecendo alguns conhecimentos que ajudaram no desenvolvimento local.</p>	<p>Não existe ator principal. A atuação da FASE foi muito importante, mas ela só atua porque existem comunidades. Portanto, existe parceria, mas ninguém mais importante que outro.</p>
<p>3. – Com a saída da FASE de Gurupá, as comunidades por ela assessoradas estão capacitadas para tocarem sozinhas projetos relacionados a desenvolvimento sustentável?</p>	<p>Sim. Há um grau de conhecimento dos comunitários tanto na área do manejo como da gestão dos recursos naturais que se diferencia de outras comunidades</p>	<p>Sim. Com a implantação da FASE em Gurupá, muitas pessoas tiveram informações e se capacitaram em manejos sustentáveis.</p>	<p>Sim. As comunidades assessoradas pela ONG tem mostrado bastante resultados.</p>	<p>Sim. Hoje as comunidades tem condições de coordenar os seus projetos.</p>	<p>Sim. Porque já existem outras entidades criadas a partir da FASE que assumem hoje o papel de acompanhar as comunidades.</p>

4. – De que maneira a FASE comunica os resultados alcançados pelas suas assessorias, aos projetos que envolvem as comunidades ribeirinhas de Gurpa?	Radio comunitária, cartilhas, também através dos técnicos junto às comunidades.	Internet, cartilhas, e também através de palestras de técnicos.	Internet, rádio comunitária e cartilhas.	Fóruns, rádio comunitária e cartilhas.	Fóruns, rádio comunitária e cartilhas.
5. – A assessoria da FASE em projetos de manejo de recursos naturais (a exemplo do PROVÁRZEA) às comunidades ribeirinhas de Gurupá contribuiu para que as mesmas melhorassem suas condições de renda?	Sim.	Sim.	Sim.	Sim	Sim.

Como se observa, as respostas manifestadas para o tema: “Ano em que começaram as ações da FASE em Gurupá”, não coincidem. As datas apontadas para o início da atuação da FASE em Gurupá variam do ano 1972 a 2000. Porém, a maioria das respostas indica os períodos em que a entidade esteve mais atuante no município: década de 1980, quando ela lutou em favor de trabalhadores para a recuperação do sindicato rural (que a vários anos se encontrava sob o poder dos patrões), e a década 1990, quando a FASE se instala em Gurupá e passa a assessorar planos de manejo ambientais sustentáveis junto às comunidades ribeirinhas.

Nas respostas dadas para o tema: “Que identidade poderia ser atribuída à FASE: trabalho com movimentos sociais ou assessoria?” ocorreu uma quase unânimes em indicar que a identidade da FASE caracteriza-se tanto por sua atuação em trabalhos voltados à movimentos sociais, como pela prestação de assessoria aos mesmos. As respostas dadas pelo Padre foram as únicas a ressaltar que a função da ONG é a educação: “Prestar uma educação fundamentada no dever, para o povo fazer. Pode ser que haja um momento de acessória também.” Esta percepção ratifica a educação como um dos principais significados contido na sigla FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e *Educacional* (grifo meu).

Com relação ao tema: “A atuação da FASE na implantação do PROVARZEA em Gurupá se restringe à consultoria, ou cabem a ela questões que envolvem a promoção de cidadania?”, quase todas as respostas consideraram que a

atuação da FASE na implantação do PROVÁRZEA em Gurupá, não se restringiu apenas a prestação de assessorias aos ribeirinhos, mas, coube a ela, também, questões envolvendo promoção de cidadania. A exceção dessas respostas encontra-se também na resposta dada pelo Padre quando afirma o seguinte: “Nas comunidades de várzeas, em conversas procuram-se sempre relembrar esse papel que deveriam ter as entidades que prestam serviços e perceber da consciência que eles têm do projeto que estão envolvidos. Quando a gente percebe que não tem clareza, por que é uma coisa empurrada.”

Para o tema: “O trabalho da FASE em Gurupá, através do PROVARZEA, levou a um fortalecimento da organização das comunidades?”, as respostas oferecidas pelo representante da FASE, do Sindicato dos Trabalhadores e pelo Prefeito indicam o fortalecimento da organização das comunidades motivado pelo trabalho da FASE através do PROVÁRZEA, tanto no que concerne ao poder de reivindicações, conquistas econômicas e sociais, assim como na capacidade de gestão. Por outro lado, a percepção contida na resposta do Padre infere que as comunidades devem levar avante as suas conquistas, porém, se elas não tiverem entidades para apoiá-las as mesmas podem se perder. Esta percepção acaba convergindo com a ideia presente na resposta do Secretário Municipal de Educação quando observa: “é uma espécie de um suporte, o nosso povo ainda precisa seja da FASE, seja de outra entidade.”

Quanto às respostas fornecidas para o tema: “A atuação da FASE em Gurupá leva em conta só o espaço rural ou só o

urbano, ou o município em sua totalidade?”, há uma unanimidade em informar que a atuação da FASE em Gurupá foi predominantemente rural, apenas nos últimos anos ela assessorou a implantação da escola de processamento de madeira no espaço urbano.

Em se tratando do tema: “Ao longo da atuação da FASE em Gurupá, quais atores locais têm sido seus parceiros?”, em todas as respostas o Sindicato Rural dos Trabalhadores é percebido como parceiro da FASE. Além dele, são mencionados duas vezes o nome da prefeitura municipal e da Casa Familiar Rural.

Dentre as respostas apresentadas para o tema: “Como a FASE informa o resultado das suas ações?”, o rádio aparece como meio de comunicação mais utilizado pela FASE para comunicar o resultado das suas assessorias, depois é citado o jornal e em último lugar são mencionados fóruns, relatórios e internet. A resposta que contrasta com as demais está presente naquela fornecida pelo Padre: “Uma vez até saiu um jornalzinho que era uma publicação mais para informar, não tinham algumas informações quando não se tentasse a sede, pode-se acessar a internet, mas quem não tem a internet?...”

No que concerne ao tema: “A execução do PROVARZEA em Gurupá precisa de ajustes?” Quais? Precisa ser descentralizada?”, a resposta indicada pelo representante da FASE considera que a entidade precisa de ajuste, sendo este relacionado a capacitação de monitores para atuarem nas comunidades. Além desta carência, o representante do Sindicato dos Trabalhadores e o Prefeito perceberam a

necessidade de uma maior participação e descentralização, respectivamente. Para o Secretário Municipal de Educação o ajuste deveria acontecer através de uma compatibilização entre os conhecimentos trazidos pelos técnicos de fora com o saber dos ribeirinhos.

Sobre o tema: “A FASE/Gurupá utiliza a educação como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável local?”, todas as respostas mencionaram que a FASE utiliza a educação como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável. Neste caso, o processo educativo ocorre tanto de maneira informal, através da educação ambiental nas comunidades, como pela colaboração que a ONG efetua na Casa Familiar Rural de Gurupá, materializada com base na pedagogia da alternância.

Por último, em se tratando do tema: “Na atuação da FASE em Gurupá, quais os pontos positivos e negativos a serem elencados.?” , todas as respostas ressaltaram os pontos positivos da atuação da FASE em Gurupá, a exemplo do empoderamento das comunidades para se tornarem protagonistas do próprio desenvolvimento, incentivo à produção, meios também de produção de materiais, a educação com relação ao uso de recursos naturais, a legalização fundiária, assessoria aos planos de manejo, trabalho na área de pesca com camarão. Quanto aos pontos negativos foram destacados: deficiência na área econômica, tanto na venda quanto na qualidade dos produtos; também se apontou como ponto negativo a saída da FASE de Gurupá, em virtude que estava retirando seu apoio técnico do

município. Vejamos o que diz sobre esse aspecto o representante do Sindicato dos Trabalhadores: “aí o problema é que a FASE pode não ter repassado esses conhecimentos para os trabalhadores”. Por outro lado, o fato da entidade não ter dirigido seus trabalhos para a área urbana é visto pelo Prefeito como ponto negativo, considerando-se que na cidade existe uma demanda grande por emprego.

Depois da apresentação das entrevistas será exibido abaixo o quadro comparativo dos questionários, para em seguida ser efetuada sua análise.

Todas as respostas dadas para o tema: “Você conhece alguma localidade no município de Gurupá, em que a ONG FASE apoiou a execução do PROVÁRZEA? Se sim, comente o que mudou na vida da população”, indicaram alguma localidade onde a FASE apoiou programas de manejo, seja ele contido no PROVÁRZEA ou não. Em mais de 70% dos casos foram apontadas mais de uma localidade, sendo a Ilha das Cinzas e Santa Bárbara as mais citadas. Na primeira ocorreu um projeto demonstrativo de grande impacto positivo, que foi o do camarão, inclusive rendendo à FASE prêmio nacional através do Banco do Brasil; na segunda localidade foi implantada uma iniciativa promissora do IBAMA apoiada pela FASE denominada de “Manejo Florestal e de Pesca na Ilha de Santa Bárbara – PA” – sendo proponente da mesma a Associação dos Trabalhadores Rurais da Ilha de Santa Bárbara – ATRISB, com assessoria da FASE. O foco principal deste subprojeto é a utilização de forma sustentável de produtos

florestais madeireiros e não madeireiros. Estes dois fatos citados podem explicar o número alto de indicação das duas localidades nas respostas ao tema. Quanto ao que mudou na vida da população incluída nos projetos apoiados pela FASE, as repostas apontam: o fortalecimento e organização das famílias em movimentos sociais de base, capacitação em gestão administrativa com pequenos projetos desenvolvidos pelas comunidades, consciência com relação ao uso dos recursos naturais, maior responsabilidade para as associações e comunidades na gestão dos recursos naturais e financeiros e desenvolvimento de um projeto de manejo de camarão de água doce, onde o mesmo aumentou a renda das famílias participantes.

Com relação ao tema: “Nas assessorias prestadas pela FASE às comunidades de Gurupá, quem você considera que foi o ator principal: FASE ou Comunidades?”, um percentual de 50% das respostas apontaram as comunidades como atoras principais na implantação dos projetos ambientais apoiados pela FASE, 30% indicaram tanto a ONG como as comunidades, e 20% consideraram a FASE.

Para o seguinte tema: “Com a saída da FASE de Gurupá, as comunidades por ela assessoradas estão capacitadas para tocarem sozinhas projetos relacionados a desenvolvimento sustentável?”, ocorreu um percentual de 90% dos entrevistados indicando que com a saída da FASE de Gurupá, as comunidades por ela assessoradas estão capacitadas para tocarem projetos relacionados a desenvolvimento sustentável.

As justificativas para as respostas são várias. Por exemplo: “Há um grau de conhecimento dos comunitários tanto na área do manejo como da gestão dos recursos naturais (...) Muitas pessoas tiveram informações e se capacitaram em manejos sustentáveis. (...) Existem outras entidades criadas a partir da FASE que assumem hoje o papel de acompanhar as comunidades. (...) Existem comunidades que estão desenvolvendo projetos no município, e mostrando que estão preparadas para caminhar com as próprias pernas (...) Com o conhecimento e a experiência que eles têm, creio que ajude não somente uma comunidade, mas várias.”

Dentre as respostas dadas para o tema: “De que maneira a FASE comunica os resultados alcançados pelas suas assessorias, aos projetos que envolvem as comunidades ribeirinhas de Gurupá?”, um percentual de 100% indicaram a cartilha como o veículo de comunicação utilizado pela FASE para comunicar os resultados alcançados pelas suas assessorias, aos projetos que envolvem as comunidades ribeirinhas de Gurupá; 80% o rádio; 50% fóruns; 40% internet; 20% palestras de técnicos nas comunidades.

Por último, em se tratando do tema: “A assessoria da FASE em projetos de manejo de recursos naturais (a exemplo do PROVÁRZEA) às comunidades ribeirinhas de Gurupá contribuiu para que as mesmas melhorassem suas condições de renda?, todas as respostas foram unânimes em concordar que a assessoria da FASE em projetos de manejo de recursos naturais (a exemplo do PROVÁRZEA) às comunidades ribeirinhas de

Gurupá contribuiu para que as mesmas melhorassem suas condições de renda

5.4. As ações da FASE em questão

Ao se retomar o primeiro objetivo específico deste estudo: “Identificar as ações e projetos desenvolvidos pela ONG FASE junto à população local do Município de Gurupá, com o objetivo de promover o desenvolvimento local sustentável”, comprova-se em várias percepções dos dados colhidos que a organização obteve sucesso nesse aspecto. As respostas apresentadas para os pontos positivos da atuação da FASE, tema de número dez da entrevista, por exemplo, indicam que a entidade através de suas assessorias apoiou planos de manejo (sendo ela ou as associações comunitárias proponentes dos mesmos, a exemplo do PROVÁRZEA), que possuem como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável. Neste caso, a ONG como representante da sociedade civil, e o IBAMA como instituição do governo federal (sociedade política) esforçam-se para cumprir as recomendações da Agenda 21, no sentido de que o desenvolvimento sustentável seja materializado. Ou seja, nesse processo, além das organizações internacionais, regionais e subregionais é preciso que ocorra “a mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também”. (RIO DE JANEIRO, 1996, p. 9-10).

Quanto ao segundo objetivo específico: “Identificar as dificuldades que a FASE e seus parceiros enfrentam para porem em prática os seus projetos” – percebe-se que uma das dificuldades está indicada na resposta ao tema de número oito, que ressalta a carência de monitores capacitados para atuarem junto às comunidades. Esta limitação acaba se refletindo em alguns pontos negativos atribuídos a ação da FASE em Gurupá em respostas ao tema de número dez, a exemplo da deficiência apontada na área econômica e na qualidade dos produtos que são colocados no mercado. Por outro lado, essa carência também pode justificar a preocupação de vários entrevistados a respeito da saída da ONG do município: “O ponto negativo é que a FASE Gurupá está retirando todo apoio logístico-técnico que a gente tinha no município de Gurupá, e aí o problema é que a FASE talvez não tenha repassado esses conhecimentos pros trabalhadores”.

Outro objetivo específico que consta neste trabalho se propõe: “Analisar a percepção dos principais atores locais chave em relação à atuação da ONG FASE no município de Gurupá na implementação de projetos que visem o desenvolvimento sustentável. No aspecto opinião dos entrevistados, as respostas dadas para o tema de número quatro, que versa sobre o fortalecimento das comunidades como resultado das assessorias prestadas pela FASE, por intermédio do PROVÁRZEA, são ilustrativas para se perceber que todos os entrevistados reconhecem o importante papel desempenhado pela entidade nessa questão. Não obstante,

também é percebido que as comunidades ainda precisam não só do apoio da ONG, mas, também, de outras organizações que venham somar esforços a fim de que mais agentes comunitários possam ser capacitados e assim ajudar no fortalecimento cada vez maior da população e suas associações. Em se tratando de conhecer as relações de outras entidades locais com a FASE, na promoção do desenvolvimento sustentável, são apontados na maioria das respostas dadas ao tema de número quatro, o sindicato dos trabalhadores e a Casa Familiar Rural. O primeiro faz parte de toda trajetória histórica que a FASE empreendeu no município, desde a década de 1970 até o presente. A segunda teve como país de origem a França em 1937 por iniciativa de um grupo de famílias do meio rural, que propunha a adoção de uma formação profissional aliada à educação humana para seus filhos.

Finalmente, foi reconhecido tanto nas respostas dadas nas entrevistas como nos questionários a contribuição da FASE para o fortalecimento das comunidades e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável de Gurupá. Isso se constata Dentre os pontos positivos da atuação da organização destacados nas respostas ao tema de número dez da entrevista, por exemplo, observa-se o incentivo à produção, a educação com relação ao uso de recursos naturais, assim como legalização fundiária, planos de manejo, trabalho na área de pesca com camarão, dentre outros. No que refere ao tema de número um do questionário são também citadas várias

localidades onde a FASE apoiou através de suas assessorias planos de manejos ambientais sustentáveis, sendo percebidas significativas mudanças na vida da população participante, tais como: “capacitação em gestão administrativa com pequenos projetos desenvolvidos pelas comunidades (...) consciência com relação ao uso dos recursos naturais, além de inovações no processo produtivo (...) maior responsabilidade para as associações e comunidades na gestão dos recursos naturais e financeiros (...) manejo de camarão de água doce, onde o mesmo aumentou a produção de camarão, bem como a renda das famílias”. Se se considerar que praticamente em todos estes pontos citados ocorreu a participação da população civil que formam as comunidades ribeirinhas, assessoradas por uma organização também da sociedade civil, no caso a FASE, onde a estratégia se configura pelo pleito aos recursos econômicos multilaterais disponíveis para aplicação na Amazônia: como no caso do PROVÁRZEA que tem como origem fundos do PPG7, além de que essa atitude inclui a ONG e várias comunidades no processo de gestão ambiental em Gurupá, pode-se afirmar que a FASE têm contribuído para o fortalecimento da governança ambiental em prol do desenvolvimento sustentável de Gurupá. Esta dedução pode ser reforçada pelo que concebe a UNDP:

As instituições da governança nos três domínios (estado, sociedade civil e o setor confidencial) devem contribuir ao desenvolvimento humano sustentável estabelecendo as circunstâncias políticas, legais, econômicas e sociais para a redução da pobreza, a criação de trabalho, a proteção ambiental e o avanço das mulheres.

Quando as respostas apresentadas não só em várias entrevistas, mas, principalmente, à pergunta ao tema de número cinco do questionário foram unânimes em concordar que as assessorias prestadas pela FASE as comunidades ribeirinhas, por meio de projetos de manejos, contribuiu para que as mesmas melhorassem suas rendas, pode-se dizer que na prática ocorreu a promoção de trabalho aos ribeirinhos concomitantemente à proteção ambiental. Além disso, outras ações percebidas tanto nas entrevistas como nos questionários, a exemplo da educação e da comunicação, reforçam a inclusão da sociedade civil à gestão ambiental em Gurupá estimulada pela atuação da FASE.

Face ao contexto da interpretação dos resultados, a hipótese 1: “A atuação da FASE oportunizou as comunidades de Gurupá acesso a programas ambientais do governo” é confirmada. A indicação de localidades para a pergunta 1 do questionário: Ilha das Cinzas, Santa Bárbara, Itatupã, dentre outras, por exemplo, onde foram implantados planos de manejos, respaldam a hipótese 1.

Quanto a hipótese 2: “As comunidades ribeirinhas de Gurupá assessoradas pela FASE, em programas ambientais do governo, não se constituíram como protagonistas dos mesmos”, ela não se confirma. Nas próprias respostas dadas para o tema de número dois do questionário, metade dos entrevistados consideraram as comunidades como atoras principais na implantação dos projetos ambientais apoiados pela FASE, e 30% perceberam as comunidades e FASE juntas como

protagonistas, ou seja, somando as duas porcentagens as comunidades são indicadas em 80% das respostas. Apenas 20% consideram que a FASE foi a protagonista. Este resultado pode refletir os 90% das indicações de aprovação contidas nas respostas apresentadas para o tema de número três do questionário, onde se quis saber se com a saída da FASE de Gurupá, as comunidades por ela assessoradas estariam capacitadas para tocarem projetos relacionados a desenvolvimento sustentável.

É claro que dentro de uma perspectiva de continuidade das ações da FASE no município de Gurupá, é necessária a capacitação de mais agentes multiplicadores para atuarem juntos às comunidades. Isto de alguma forma pode ter influenciado respostas um tanto pessimistas em relação à atuação da FASE, principalmente algumas indicadas pelo Padre. Não obstante se for considerado o processo de implantação dos projetos onde a FASE foi proponente ou assessora, a maioria das respostas contidas tanto nas entrevistas como nos questionários apontam o sucesso auferido pela ação comunidades-FASE. Ressalta-se ainda que as respostas oferecidas para o tema de número oito da entrevista se caracterizam como ajustes que qualquer empreendimento deve sofrer no seu processo de implantação, mas que não chegam a comprometer os resultados positivos alcançados pelas comunidades no âmbito do protagonismo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face aos resultados obtidos neste estudo, referentes aos objetivos e hipóteses formulados, conclui-se que as ações da FASE por meio do seu corpo técnico em interação com a população local contribuíram para a promoção do desenvolvimento sustentável em várias localidades do município de Gurupá, onde ocorreu apoio a projetos de manejo, a exemplo do PROVÁRZEA. Esta constatação traduz-se no esforço das comunidades e da FASE e seus parceiros (instituições da sociedade civil), assim como do IBAMA – representante da sociedade política, para o cumprimento da Agenda 21. Ou seja, proporcionar “a mais ampla participação pública e o envolvimento ativo das organizações não-governamentais e de outros grupos também”. (RIO DE JANEIRO, 1996, p. 9-10).

Nessa interação entre sociedade civil e sociedade política, a FASE exerceu seu papel na governança ambiental local, ora como proponente, ora como assessora de projetos ambientais voltados às comunidades ribeirinhas. Assim, com a implantação dos planos de manejos sustentáveis ocorreram significativos ganhos sócio-econômicos para a população, assim também para a preservação do meio ambiente. Diante disso conclui-se que as ações desenvolvidas pela FASE contribuíram para o fortalecimento da governança ambiental em prol do desenvolvimento sustentável de Gurupá.

Por outro lado, as respostas dadas tanto nas entrevistas como nos questionários, perceberam o apoio da FASE em vários projetos ambientais sustentáveis desenvolvidos em Gurupá, fato que confirma a primeira hipótese deste trabalho. A não confirmação da segunda hipótese se deve à afirmação de grande parte das respostas apresentadas no questionário apontarem que as comunidades ribeirinhas, assessoradas pela FASE em programas ambientais do governo, foram protagonistas dos mesmos e não o contrário como afirmava a hipótese.

Os ajustes e os pontos negativos apontados nas entrevistas, em relação à implantação do PROVÁRZEA e a atuação da FASE em Gurupá, respectivamente, configuram novos rumos que as comunidades e seus representantes: FASE, sindicato e outras entidades da sociedade civil precisam tomar para que as conquistas alcançadas em termo de governança, melhores condições socioeconômicas e preservação do meio ambiente sejam duradouras.

Percebeu-se que um dos pontos fracos para a continuidade da boa governança ambiental no município de Gurupá é a carência de monitores capacitados para atuarem junto às comunidades. O esforço para o suprimento dessa demanda não deve partir só da FASE. Precisa ser fruto de uma convergência de esforços de todos os atores sociais do município: prefeitura, ONGs, igrejas, empresas, sindicatos e outros, em favor da capacitação de agentes multiplicadores, de preferência que sejam originários das comunidades que lutam pela defesa da

preservação da floresta, para que possam conquistar mais adeptos não só no espaço rural mais no urbano também, e assim juntos sejam protagonistas de uma governança que promova o desenvolvimento sustentável de Gurupá e da Amazônia.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A.; COSTA, V. **Participação e Governança ambiental no Brasil: um estudo das audiências públicas de licenciamento ambiental**. Brasília: IBAMA; São Paulo: CEBRAP, 2002.

BARRETO, Paulo e outros. **Pressão Humana no Bioma Amazônia1**. Maio 2005 N° 3. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/AmigosdoPV/message/219>. Acesso em 25/09/2006

BARROSO, Mônica Mazzer. **Waives in the Forest: radio communication and forestlivelihoods in Brazilian Amazonia**. Thesis submitted for the partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor. August, 2006.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Geopolítica da Amazônia. Estudos avançados**. vol.19 no.53 São Paulo 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil** – São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia; Museu Paraense Emílio Goeldi. **Biodiversidade da Amazônia online**. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/biodiversidade>. Acesso em 11/06/2006

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**.

- Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/tomenota.cfm?tomenota=/port/sca/ppg7/capa/index.html&titulo=PPG7>
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Secretaria de Coordenação da Amazônia Legal. **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**: Brasília, 1997
- BRYANT, Raymond L. and BAILEY, Sinéad. **Third world political ecology**. London and New York: Routledge, 1997.
- COSTA, W. Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1995.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.
- DALIA, Maimon. **A economia na compreensão dos fenômenos ambientais**. In: Hoyos (org.) Interdisciplinaridade: (re)invenção de um saber – Belém: ufpa, Numa, 1993.
- ESTY, D. C.; IVANOVA, M. H. (Org.). **Governança ambiental global: Opções & Oportunidades**. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. **Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro**. *Ambient. soc.* no.5 Campinas July/Dec. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X1999000200004&script=sci_arttext.
- FURRIELA, Raquel Biderman. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**: Fapesp, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. – São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização** – São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **Os Conselhos Municipais e a Gestão Urbana**. In: RIBEIRO, L. C. de Q. AZEVEDO, S.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs.). **Governança democrática e poder local: a**

experiência dos Conselhos Municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan - Fase - IPPUR/UFRJ, 2004. p. 64-86.

HALL, Anthony. **O papel das ONGs na resolução de conflitos para o desenvolvimento sustentável**. In: BECKER, Bertha K. e MIRANDA, Mariana (orgs.). A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997. 273-295.

_____. **Amazônia: desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

IBAMA. Manejo Florestal e de Pesca em Gurupá – PA. Manaus - AM , 27 de março de 2007. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/provarzea/index.php?id_menu=197. . Acesso em 29/05/2007

_____. **Manejo Florestal e de Pesca na Ilha de Santa Barbara – PA**. Manaus - AM , 27 de março de 2007. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/provarzea/index.php?id_menu=202. Acesso em 29/05/2007

_____. IBAMA. **Manejo Florestal Madeireiro do Distrito de Itatupã – PA**. Manaus - AM , 27 de março de 2007. http://www.ibama.gov.br/provarzea/index.php?id_menu=204. Acesso em 29/05/2007

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. – 6ª ed. – 3ª reimpr. – São Paulo: Atlas 2006

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão possível**. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro 1993.

LIMA, Ismar Borges de. **Deforestation in Amazônia and local environmental governance**. A thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of master of arts

in international relations at the International University of Japan, 2002.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, poder e comunicação** – São Paulo: Cortes, 2002.

NETO, João Augusto Mattar. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2005.

NETO, Antônio de Oliveira. **Metodologia da pesquisa científica: guia prático para a apresentação de trabalhos acadêmicos**. Florianópolis: Visual Books, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia** – Campinas, SP: Papirus, 1991.

PALMUJOKI, Eero. **Public-private governance patterns and environmental sustainability. Department of Political Science, and International Relations**. University of Tampere, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores: PERES, José Augusto de Souza...(et al.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO DE JANEIRO. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: **Agenda 21** – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Temáticas, 1996

RIO DE JANEIRO. **Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE**. Disponível em: http://www.abong.org.br/novosite/institucional/associadas_pag.asp?sigla11=FASE.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, Vozes, 1986.

SANTOS JUNIOR, O. A.; RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S. (orgs). **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004. 288p.

SCHERER-WARREN, Ilse. ONGs na América Latina: Trajetória e perfil. In: VIOLA, J. Eduardo et al. **Meio**

ambiente desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

SCHUTZ, Gabriel Eduardo et al. **Perspectivas da participação do público através de ONGs para a gestão ambiental na América Latina.** Disponível em: <http://www.ebape.fgv.br/radma/doc/SMA/SMA-037.pdf>.

Acessado em: 8 Agosto 2006.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização** – Rio de Janeiro: Record, 2005.

Todos os direitos reservados

**Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na
Amazônia - GAPTA
e-mail: cnsgeo@yahoo.com.br**